

O SARGENTO

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE SARGENTOS

Director: Álvaro Martins • 0,75 € • Ano XXIV • Março / Abril 2015 • Nº 88

COMEMORAÇÕES DO DIA NACIONAL DO SARGENTO REFORÇAM COESÃO E DISCIPLINA MILITAR



Págs. 7 , 8 , 9 e 10

REVISÃO DO EMFAR

Falta de seriedade no processo

Pág.3

Tomada de posse dos novos órgãos sociais da ANS

Pág.16



**VAMOS DESFILAR
NA AVENIDA DA LIBERDADE
EM DEFESA DOS DIREITOS
E DA CONDIÇÃO MILITAR!**

Concentração às 14H45 junto ao edifício do DN

REUNIÃO DE SARGENTOS

Auditório Centro Cultural Casapiano
Rua dos Jerónimos, nº 7 A – 1400-210 LISBOA



**O NOVO EMFAR...Indignidade e Iniquidade!
NA ADM...o que resta da Condição Militar?
O QUE FAZER?
É PRECISO LUTAR!**

Sábado 11 de Abril pelas 10H30

Nova Direcção A Luta de Sempre!

Saídos que estamos do acto mais significativo da vida democrática da nossa associação, as eleições para os órgãos sociais, uma nova etapa se nos coloca, na exaltante caminhada encetada há quase 26 anos atrás.

Tal como as anteriores, também esta, não se avizinha nada fácil, mas também como no passado saberemos enfrentar colectivamente, com determinação, coragem e inteligência os ataques à condição militar, aos nossos direitos e à instituição militar.

A equipa eleita para o biénio 2015/2016, sendo um misto de experimentados dirigentes e de muitos jovens camaradas que integram os órgãos sociais pela primeira vez, dão-nos bastas garantias de que assim será.

Como dizíamos os tempos não vão ser fáceis. O governo, tal como os anteriores, e a maioria que o suporta não dão tréguas. Ainda não concluíram um ataque e já estão a desferir outro, como partindo do princípio – eles cansar-se-ão. Se é isso que pensam, bem se podem desiludir, a renovação efectuada na nossa direcção, traz sangue novo, novas energias, mas a mesma vontade de defender os nossos princípios de sempre – a dignificação da condição militar.

Entre truques, habilidades e mentiras o processo de alteração do EMFAR segue o caminho traçado pelo MDN, sem que as leis orgânicas n.º 3 e n.º 4 de 2001 sejam respeitadas, sendo esta, aliás uma das marcas desta tutela política. Bem pode o ministro afirmar em cerimónias oficiais longe da possibilidade do contraditório, que neste processo só não participou quem não quis, que tais afirmações por mais que repetidas, não alteram a realidade – o mi-

nistro nunca cumpriu as leis orgânicas citadas.

O IASFA, obra de Acção Social Complementar conseguida e sustentada por gerações e gerações de militares, detentor de um vasto património, está a ser conduzido para o abismo, a gula de negociantes erigidos em seus gestores, avança passo a passo. “Boys” e “Girls” tomam conta do seu destino, gerindo negócios que poderão ser em causa própria, naquilo que configura um escândalo sem qualquer pinga de pudor.

A ADM não escapa à voraz senha destruidora deste governo, o que se vem passando com os beneficiários protocolados, num desrespeito flagrante do estipulado na Lei de Bases Gerais da Condição Militar é bem elucidativo. A fusão dos hospitais militares num só - HFAR - tem-se revelado um desastre. Hoje, no apoio na doença aos militares e suas famílias, paga-se mais para ter piores serviços.

Em todas estas situações, tal como no passado, saberemos encontrar as formas de resistir, defendendo os nossos direitos, através da mera denúncia ou em acções com outro tipo de visibilidade, ora tomando a iniciativa, ora participando solidariamente com todos os que tenham os mesmos objectivos que nós. A reunião de Sargentos marcada para o dia 11 de Abril faz parte desta vontade inquebrantável de defender o que por direito nos pertence.

Para podermos ter êxito nestes nossos objectivos dois factores são determinantes: a unidade na acção e a confiança de que é possível vencer!

A forma como decorreram as comemorações do Dia Nacional do Sargento demonstra, sem equívocos, que ambos os factores estão bem presentes nos Sargentos de Portugal.

Estas comemorações realizadas em todos os

locais onde se encontram Sargentos, no país e no estrangeiro, num cada vez mais vasto número de unidades e estabelecimentos militares, com a anuência e participação dos comandos, derrotam a velha tese que o reconhecimento oficial do 31 de Janeiro como Dia Nacional do Sargento afectaria a coesão e disciplina nas Forças Armadas. A prática vivida demonstra precisamente o contrário. Nas unidades onde o dia foi assinalado, o reforço da coesão e da disciplina é incontestável. Os arautos da desgraça, os mesmos que diziam que se o associativismo militar viesse a ser reconhecido seria o fim das Forças Armadas, mais uma vez vêem as suas teses derrotadas, contribuindo eles sim para a sua descaracterização e destruição.

Se relativamente ao associativismo militar, hoje, não existem dúvidas de que se trata da mais combativa e preponderante força de defesa da instituição militar, quanto ao reconhecimento oficial do Dia Nacional do Sargento torna-se evidente o seu contributo para a dignificação do ser-se Sargento e para o reforço da coesão e disciplina militar. Em 2016 celebra-se o 125º. Aniversário da Revolta do Porto, tudo faremos para que nessa data a Assembleia da República faça esse justo e merecido reconhecimento. Para nós já o é – Quer queiram, quer não!

Conscientes da realidade onde assentam as nossas vidas, das contrariedades e dos obstáculos que temos que enfrentar, seguiremos o nosso caminho, a nossa dignidade e as Forças Armadas não só o merecem como o exigem. Dignidade tem quem por ela se bate com coragem e denodo, sabemos-lo que assim é, por isso não regatearemos esforços.

A luta de hoje é e será a luta de sempre! ▲

EMFAR - APM entregam queixa ao Provedor de Justiça

Como resultado de não serem formalmente integrados no processo de revisão, em curso, do Estatuto dos Militares das Forças Armadas - EMFAR, as associações de militares (ANS, AOFA e AP) acusam Aguiar-Branco de violar a lei e por essa razão fizeram a entrega de uma queixa ao Provedor de Justiça no dia 11 de Dezembro passado. A apresentação de uma queixa ao provedor de Justiça, anexando assinaturas, foi decidida no Encontro de Militares que teve lugar a 22 de Novembro passado, no ISCTE, em Lisboa.

Protestando veementemente contra o ostracismo a que têm sido votados pelo Ministério da Defesa, as três associações profissionais de militares entregaram na Provedoria de Justiça a queixa, onde solicitam ao Provedor José de Faria Costa que “digne promover a acção necessária para que o Estatuto dos Militares das Forças Armadas (EMFAR) que venha a ser alvo de aprovação não possa ser colocado em vigor sem que sejam cumpridos os preceitos legais».

Na queixa entregue os militares garantem a José

de Faria Costa que, apesar das múltiplas tentativas para serem ouvidos “sobre as questões do estatuto profissional, remuneratório e social dos seus associados”, tal como dispõe o artigo segundo da Lei Orgânica Nº 3/2001 (Lei do Direito de Associação Profissional dos Militares), o ministro Aguiar-Branco insiste em ignorar a lei.

As associações acusam o ministro de ter tentado “tornear o que a Lei estipula, através do seu Chefe de Gabinete” ao remeter “às APM (em Novembro de 2013) um ofício solicitando as respectivas propostas”. A este documento, os militares responderam no início de Dezembro do ano passado, lembrando “o envio de sucessivos contributos” e “reafirmando o estabelecido legalmente sobre a sua integração nos grupos de trabalho e efectiva audição”.

Em anexo à queixa entregue na Provedoria de Justiça, seguiram cerca de 2500 assinaturas recolhidas em apenas doze dias, entre as quais estavam, segundo os dirigentes das três associações que assinam o documento (Lima Coelho, pelos Sargentos, Pereira Cracel, pelos Oficiais, e Luís Reis pelos



Praças) “as de vários ex-chefes de Estado-Maior e outros militares que ocuparam elevados cargos na estrutura superior das Forças Armadas”.

Reafirmando encontrar-se profundamente inconformado com tudo isto, Lima Coelho recordou um dos últimos encontros em que esteve com Aguiar-Branco, no qual lembrou ao responsável pela pasta da Defesa que, contrariamente aos líderes das três associações, “o ministro não foi directamente eleito mas nomeado para exercer um cargo” e que na qualidade de “nosso funcionário” tem de “respeitar as regras para as quais foi contratado”. ▲

REVISÃO DO EMFAR

Falta de seriedade no processo...

A ANS, no dia 9 de Fevereiro, juntamente com as restantes Associações Profissionais de Militares (APM), foi convocada, para os efeitos do disposto na alínea b) do n.º 2 da Lei Orgânica n.º 3/2001 de 29Ago, isto é, para ser ouvida, no âmbito das alterações ao Estatuto dos Militares das Forças Armadas (EMFAR). A delegação da ANS, constituída pelos Camaradas Lima Coelho e José Gonçalves, foi recebida pelo Chefe de Gabinete do Ministro da Defesa Nacional (MDN), Major General (MGen) Rui Clero que fez a entrega de uma versão do “Projecto de Proposta de EMFAR”. Foi realçado que essa proposta, não seria, ainda, a versão final do documento, pois essa poderia vir a integrar os contributos das APM e ainda de outros Ministérios. Foi dado o prazo de uma semana para que as APM se pronunciassem acerca do documento! Este prazo desde logo mereceu um veemente repúdio por parte dos representantes da ANS, por o considerarem demasiado exíguo. Uma análise daquele que é o mais importante documento para a vida de todos os militares e, consequentemente, para as suas famílias, não deve, e não poderá nunca, em consciência, ser feito numa semana! Dar este prazo às APM, não é tratar um assunto desta importância, natureza e extensão, de forma séria!

Mas, esta falta de seriedade começa desde logo, no não cumprimento da lei, isto é, ao não integrar as APM, em conformidade com o disposto na alínea a) do n.º 2, da Lei

atrás referenciada (em conselhos consultivos, comissões de estudo e grupos de trabalho constituídos para proceder à análise de assuntos de relevante interesse para a instituição, na área da sua competência específica). Ora, se para o MDN, o Estatuto dos Militares das Forças Armadas, não se enquadra nesta alínea, é legítimo perguntar, o que é que se enquadrará? Dar uma semana às APM quando, como bem sabe o MDN, todos os elementos dos Órgãos Sociais da ANS são militares no activo, tendo portanto, como prioridade óbvia, as responsabilidades decorrentes das suas missões de serviço, é, no mínimo, inadmissível! E mais, quando é sabido que o documento vem sendo tratado, pelo menos em sede ministerial, desde 2013. Para uns, 2 anos de trabalho é pouco tempo para a elaboração do diploma, para outros, uma semana para o analisar e entregar contributos, é muito! É lamentável a ligeireza no tratamento dum assunto desta natureza!

Ainda assim, a ANS, e provavelmente ao contrário do que alguém esperaria, entregou os contributos, possíveis, no dia acordado!

Da análise de tão importante e vasto documento, no geral, constam um conjunto de alterações que vão, infelizmente, no claro sentido da **degradação da Condição Militar** no que à parte dos direitos diz respeito, mas pior, tentando agravar de forma inexplicável a parte dos deveres.

C.C. ▲

A (des)valorização da Carreira Militar...

Logo no preâmbulo do “Projecto de Proposta de EMFAR”, assistimos a um conjunto de argumentações que, pese embora, em teoria, até possam ser consideradas boas intenções, após análise do documento, e tentando transpô-las para a prática, constata-se que são, no mínimo, falaciosas!

E como de boas intenções está o inferno cheio!...

O preâmbulo refere que “o propósito fundamental do estatuto assenta na **valorização da carreira militar** e na **salvaguarda das suas especificidades**”. Veremos de imediato o que entende o MDN por valorização da carreira militar e também por especificidades...

Em particular, na classe de Sargentos, deverá ter a ver com a inadmissível intenção da criação do posto de Furriel/Sub-Sargento para ingresso no Quadro Permanente! Isto significa um retrocesso de mais de duas décadas na história. Se achamos grave que o legislador, político, por falta de sensibilidade da coisa castrense, proponha tal aberração, mais grave achamos que militares, com responsabilidades nos trabalhos e na decisão final, possam subscrever tal iniquidade! A ANS repudia por completo esta ideia e nunca, mas nunca, a aceitará!

É isto a valorização da carreira militar que se invoca no preâmbulo? Terá, por acaso, passado pela cabeça dos mentores desta proposta, também para a valorização da carreira militar, dos Oficiais, o ingresso no Quadro Permanente, efectuar-se no posto de Aspirante? Fica a pergunta...

É que, relevando para o cálculo da pensão de reforma, toda a carreira contributiva, quantos mais anos um militar esteja nos postos mais baixos, mais prejudicado ficará quanto transitar para essa situação!

É isto, para o MDN, a valorização da car-

reira dos Sargentos!

Propõem-se ainda, no documento, que a promoção a Primeiro-Sargento (1SAR), passe a efectuar-se por Antiguidade (é actualmente por Diuturnidade) e a Sargento-Ajudante (SAJ), por Escolha (é actualmente por Antiguidade). Não satisfeitos, propõe-se ainda, aumentos dos tempos mínimos de permanência nos postos, de 3 para 4 anos em 1SAR e de 5 para 7 anos em SAJ.

Parecendo coisa pouca, e havendo até quem ache a coisa razoável, só o será para quem andar distraído!

E, infelizmente, parece que alguns militares com responsabilidades na matéria, andam, como se diz na gíria militar... a dormir na formatura!

Passando a promoção a 1SAR a ser por Antiguidade, a mesma passa a carecer de vacatura... Não existindo vaga, os 4 anos no posto de 2SAR transformar-se-ão, naqueles que, “Deus” quiser! Acrescendo a isto, os 2 anos que se passará em Furriel/Subsargento, se esta aberração for estatuída, no mínimo, para se ascender a 1SAR serão precisos 6 anos! Como mais uma vez, o legislador, se esquece de limitar o tempo máximo de permanência no posto, esses 6 anos poderão passar a ser 7, 8, 9, 10, 14, 16, 18...

Mais uma vez, aqui temos, outro exemplo, do que é para o MDN, a valorização da carreira militar dos Sargentos.

Pensemos. Estes aumentos de tempo de permanência nos postos servirão, concretamente, para quê? Depois de analisada a proposta, a resposta só pode ser uma! Mais não visam, que reduzir a carga salarial a nível da classe de Sargentos!

Servirão para ajudar, no imediato, a custear a criação do posto de Brigadeiro General/Comodoro? Fica a pergunta... C.C. ▲

Desigualdade nas funções e exíguo reconhecimento académico...

Neste “Projecto de Proposta de EMFAR” agora em análise, é igualmente inqualificável a disparidade proposta para as funções cometidas aos diferentes postos dos Sargentos dos três Ramos das Forças Armadas. Aliás, nada de diferente do que se passa com o actual Estatuto. Da análise da proposta, ressalva não parecer tratar-se de Sargentos das Forças Armadas do mesmo país, de tão diferentes que são as funções de uns e de outros. Mas pior... As mesmas são definidas muito genericamente, deixando um amplo espaço de manobra às Chefias para disporem do pessoal a seu belo prazer. Este facto, para além de injusto e discriminatório, continuará a originar problemas em termos de missões conjuntas. Uma revisão estatutária deveria ser a ocasião

soberana para se resolverem problemas desta natureza. Não é o que é proposto, e assim, mais uma oportunidade se perde! Fica para outra oportunidade...

Aliado a isto, regista-se ainda a falta de coragem, e esperemos que só política, no reconhecimento da valorização académica dos Sargentos. Insiste-se na exígua atribuição do nível 5 de qualificação à saída do Curso de Formação de Sargentos do Quadro Permanente, continuando a ser negada a obtenção da licenciatura. Isto sim iria de encontro ao proposto no preâmbulo da proposta. Assim, a concretizar-se a proposta, como ela está, mais uma vez se perde uma excelente oportunidade de, aí sim, se valorizar a carreira dos Sargentos!

C.C. ▲

Passagem à reserva e isenção política – verdadeiros disparates!

Em relação à passagem à situação de Reserva, propõe o projecto, que a declaração passe a ser possível, apenas, para quem tenha 40 anos de serviço militar e 55 anos de idade. Propõe-se ainda a redução do aumento da contagem de tempo de 15 para 10%. Não nos esqueçamos que a mesma já havia sido reduzida de 25 para 15%... Isto levará a que um militar que ingresse nas fileiras com mais de 19 anos de idade, não consiga passar à Reserva aos 55 anos, a não ser que venha a ter outros aumentos específicos, em virtude de determinadas funções ou missões!

Mais um toque do MDN, na valorização das carreiras militares.

O projecto mantém ainda, lamentável e cegamente, o regime de passagem à Reserva por ultrapassagem na promoção. Apesar de vezes sem conta, a ANS ter denunciado e contestado esta situação, criadora de um sem número de situações injustas, e ter tentado que as carreiras dos militares prejudicados fossem reparadas, continua a não haver a mínima sensibilidade, e mais uma vez esperamos, que só política para resolver este gra-

víssimo problema. E, uma vez que o projecto, como já referimos, propõe a promoção a SAJ por Escolha, onde tínhamos um problema, ou seja na promoção a SCH, passaremos a ter dois! Na promoção a SAJ e a SCH!

Numa proposta como esta, em que se restringem enormemente as condições de passagem à Reserva, acaba por ser um convite a que se use este mecanismo como porta de saída das fileiras.

Tem-se ainda a leviandade de propor, que os militares passem a ter o dever de isenção política! Quarenta e um anos depois do 25 de Abril de 1974, vem agora tentar limitar-se mais um direito constitucional. Isenção política?! Mas como é que alguém pode ter isenção política se tudo o que se faz é um acto político? Como é possível ter-se tal atrevimento! Confusão entre “isenção política” e “isenção partidária”, por parte do legislador? Não nos parece...

De entre muitas outras aberrações que a proposta apresenta, estas parecem ser das mais graves!

C.C. ▲

Onde está a especificidade da Condição Militar?

Quando tantas e tantas vezes se fala no que pode, ou não, pôr em causa a coesão e disciplina das Forças Armadas, não deveria ser o Estatuto Profissional duma Profissão, o precursor de tais factos. O Estatuto Profissional do Militares deverá ser o normativo e a base igualitária no tratamento de todos. Da Praça ao General!

Militares a descontar para a CGA e outros para a Segurança Social. Militares inseridos no Regime de Protecção Social Convergente e outros no Regime Geral de Protecção Social. Militares onde as Cônjuges têm direito à ADM. Outros nem por isso. Diferentes formas de transição para a Reserva com militares abrangidos por excepções (os que já tinham 20 anos de tempo de serviço em 2005 e por exemplo os Pilotos Aviadores). Treze fórmulas de cálculo da pensão de Reforma para os militares, calculadas em função das datas de ingresso dos militares nos Quadros Permanentes, no tempo de serviço, no nível remuneratório e em relação ao organismo para onde se efectuem os descontos!

Isto não é um Estatuto. Isto é uma salganhada!

E, no que concerne à salvaguarda da **especificidade da Condição Militar**, uma vez que ela no actual estatuto já está completamente desvirtuada, devido à inúmera legislação avulsa que, de forma habilidosa, tem saído, onde

é que o senhor MDN, vê essa especificidade? A proposta reitera, como no actual EMFAR, que o militar tem direito a beneficiar para si, e para a sua família, de assistência médica, medicamentosa, hospitalar e de meios de diagnóstico. Ora, no entanto, como é do conhecimento público, actualmente esse direito é sujeito ao pagamento de 3,5% por desconto no vencimento do militar. Os militares pagam taxas moderadoras iguais às de qualquer cidadão. As participações nos medicamentos são iguais às do Serviço Nacional de Saúde e ao regime de participação da ADSE.

Onde está a Especificidade da Condição Militar senhor Ministro?! Fica a pergunta...

Camaradas, se o actual Estatuto contém imperfeições, bem pior parece ser este projecto!

Todos militares!

Todos com os mesmos deveres!

Mas com direitos diferenciados!

Não será isto que põe em causa a tão propalada Coesão e Disciplina das Forças Armadas?

Fica a pergunta!

PS – Esta última pergunta, dirige-se a políticos mas, especialmente, aos militares com responsabilidades na elaboração deste Projecto de Proposta de “**Espécie de Estatuto**”).

C.C. ▲

À Conversa com...

No início de mais um biénio cujos Órgãos Sociais da ANS acabam de ser eleitos, “O Sargento” conversou com os camaradas Lima Coelho, que cessou funções, e com José Gonçalves, que assume a responsabilidade de presidir aos destinos da nossa ANS. Conversa que se pretende despida de quaisquer formalismos e que, para ter algum conteúdo temporal, vamos começar pelo ex-presidente Lima Coelho.

“O Sargento” – Lima Coelho, durante os últimos quinze anos presidiste à nossa associação. Qual o momento mais marcante durante este período?

“Lima Coelho” – Foram vários os períodos marcantes durante estes quinze anos, direi mesmo que não houve nenhum ano sem momentos altos da nossa vida associativa, pelo que se torna difícil destacar ou escolher um, sob pena de desvalorizarmos todas as lutas importantes que travámos, mas de momento ocorre-me a publicação da Lei do Associativismo Militar em 2001, apesar da sua aplicação prática ter ficado aquém das expectativas, risco para o qual alertámos e denunciámos, logo na altura da sua publicação. Mas ocorrem-me igualmente as lutas travadas em 2005 e 2006 contra as intenções expressas pelo governo de então. As lutas levadas a cabo nessa altura travaram um conjunto de malfeitorias relativamente aos direitos dos militares. Possibilitaram salvaguardar pensões de reforma, o direito à assistência na doença aos cônjuges dos militares – hoje, de novo seriamente ameaçado – a progressão na carreira e outras vitórias que tendemos a esquecer. Recordo estas lutas porque muito recentemente alguns amigos da GNR se nos dirigiram em virtude dos brutais cortes no cálculo das suas pensões de reforma, por não lhes estarem a ser aplicadas as normas de salvaguarda existentes para os militares, normas conquistadas pela nossa luta. Na altura convi-

dámos os nossos camaradas da GNR e da PSP a lutarem connosco por os motivos serem comuns mas, na altura, eles consideraram que estando a negociar com a tutela não fazia sentido engrossar e participar naquelas lutas... Como se vê, camarada, vale sempre a pena lutar!

“O Sargento” – Alguma vez durante estes anos te sentiste um homem só?

“Lima Coelho” – Não, camarada. De modo nenhum! Sempre estive muito e bem acompanhado. A nossa forma e projecto associativo assenta numa forte ligação aos associados. Tem como alicerce uma forte direcção colectiva, todas as decisões são ampla e participadamente discutidas. Na ANS não existem homens providenciais, que tudo sabem e podem. Se assim fosse não tinha sido possível resistir aos ataques a que ao longo dos anos fomos sujeitos das mais variadas formas. Quando se está na vida associativa para servir e representar os que em nós confiam, nunca, nunca se está só!

“O Sargento” – José Gonçalves, render um camarada com o carisma do Lima Coelho não é tarefa fácil?

“José Gonçalves” – Não o será por ventura, mas continuando a assentar o nosso trabalho num colectivo forte, numa profunda ligação aos associados, como o Lima Coelho referiu, tudo se tornará mais fácil, tanto mais que a ANS continuará a contar com o apoio, a experiência e a dedicação daqueles que agora cessaram as suas funções nos órgãos sociais.

“O Sargento” – És o presidente eleito com mais votos numa primeira eleição. Este facto não aumenta a responsabilidade dos novos órgãos sociais?

“José Gonçalves” – Creio que não! A responsabilidade com que temos de encarar o exercício das nossas funções tem que ser sempre a mesma, darmos o melhor de nós em prol dos Sargentos de Portugal. O facto que colocas demonstra outra coi-



sa. Demonstra a unidade e confiança dos associados em torno da ANS e isso não é uma dificuldade. É um bem que não podemos delapidar. Demonstra que a ANS está de boa saúde e recomenda-se, e isso torna a nossa função mais aliciante. Preocupante seria se pelo facto da rendição de um dirigente carismático os associados descreditassem neste exaltante projecto – chamado ANS – e não tivessem votado, não nos tivessem dado um claro aval.

“O Sargento” – Para terminarmos a nossa conversa colocarei uma questão a cada um de vós. Desta vez começarei pelo José Gonçalves. O que muda então com a vossa eleição e quais os principais projectos para o biénio que agora começa?

“José Gonçalves” – Evidentemente que uma renovação nos órgãos sociais de mais de 40% dos seus elementos, que trazem novas experiências, formas diferentes de olhar as mesmas situações, promovem novas formas de actuação, não implicando mudanças na substância e nos objectivos associativos. No que está bem não se deve mexer. Mudar os órgãos associativos não pode nem deve significar começar do zero. A ANS faz vinte e seis anos de vida. Tem uma história e um percurso valioso, temos que beber dessa história para continuar a

percorrer este caminho de sucesso. Para tal contamos com o contributo dos mais experientes, tenham ou não tenham eles responsabilidades directivas. Vamos saber honrar o esforço e dedicação de todos os que nos antecederam nesta gloriosa caminhada de sucesso.

“O Sargento” – Lima Coelho, terminadas as tuas responsabilidades, como encaras o futuro?

“Lima Coelho” – Com confiança e serenidade. Deixo a ANS em muito boas mãos, que melhor poderia querer? O Zé, e muito bem, lançou um apelo aos mais experientes. Desde já respondo afirmativamente. Cessaram as responsabilidades directivas, não cessaram as responsabilidades associativas. Essas mantêm-se intactas e eu não lhes volto as costas. Alguém, em determinado momento, disse “vou andar por aí.”

Eu digo – Estou cá!

“O Sargento” – Concluída que está a nossa conversa, resta-me desejar ao ex-presidente sinceros votos de enorme êxito nos futuros projectos pessoais e associativos que venhas a desenvolver. Ao novo presidente, extensivos aos restantes órgãos sociais, votos dos maiores sucessos, pois eles serão o sucesso dos Sargentos de Portugal. ▲

APM promovem conferência de imprensa

Foi para denunciar o claro incumprimento do disposto na Lei Orgânica 03/2001 por parte da tutela, quando prepara alterações legislativas impor-

tantes para os militares sem consultar os seus representantes socioprofissionais, que as Direções das três APM – ANS, AOFA e AP – promoveram uma confe-

rência de imprensa conjunta no passado dia 26 do passado mês de Fevereiro.

Luís Reis, Manuel Cracel e Lima Coelho escolheram um hotel de Lisboa para, na presença de jornalistas da Lusa, da Antena 1 e do Diário de Notícias, esclarecerem a opinião pública acerca do que as APM haviam já afirmado no comunicado conjunto do início do ano, a 5 de janeiro, numa altura em que ainda nem sequer lhes havia sido entregue qualquer trabalho preliminar que servisse de base para análise.

Com efeito, e sustentados nos dois mais recentes alvos do ataque à Condição Militar perpetrados pelo Governo, o EMFAR e a ADM, os líderes das APM reiteraram que, nas recentes versões de documentos entregues para análise e contributos, há propostas inaceitáveis, que os prazos para entregar aqueles contributos foram muito curtos, que não é isto que constitui o direito das associações participarem nos trabalhos de

alteração legislativa de tão fundamentais documentos, que mesmo assim não recusaram a entrega de propostas, o que fizeram sem prejuízo de, no futuro, poderem a vir enviar adendas às propostas já entregues.

Lima Coelho foi mais longe e, discorrendo longa e explicitamente sobre todo o processo que o Governo pretende seja considerado um arremedo de consulta, acusou o Ministro da Defesa Nacional de mentir reiteradamente sobre a participação das APM nos trabalhos de revisão do EMFAR.

Esta conferência de imprensa conjunta deu origem a várias notícias (divulgadas no facebook da ANS), pelo que pode dizer-se que cumpriu os objetivos dos seus promotores. As três APM têm trilhado um caminho conjunto na luta pela defesa da Condição Militar. Este, para que a verdade seja reposta, sem tibiezas nem habilidades, foi mais um passo nessa luta. ▲



ANS foi a votos

Coincidindo com a comemoração do Dia Nacional do Sargento que decorreu em Lisboa no dia 31 de Janeiro, a ANS foi a votos. A lista proposta pelos anteriores órgãos sociais, única concorrente ao acto eleitoral, foi sufragada pelos associados.

A lista eleita foi encabeçada pelos camaradas Luis Bugalhão, Mário Pereira e José Gonçalves, como presidentes da Assembleia Geral, Conselho Fiscal e Direcção respectivamente, tendo como mandatários os camaradas Lima Coelho, Mário Ramos e António Dias, que por passagem à situação de Reserva deixaram de integrar os Órgãos Sociais.

A lista eleita é uma equipa renovada, com cerca de 44% de novos elementos que assumem responsabilidades directivas pela primeira vez, sendo a média etária dos seus componentes, das mais baixas da história da Associação.

Os associados, neste momento de viragem da ANS, responderam afirmativamente, sendo a lista eleita com 642 votos

válidos e 1 branco, não tendo sido considerados 152 votos por correspondência por falta de identificação ou por terem chegado fora de prazo.

Este acto eleitoral foi o segundo mais concorrido de sempre, só suplantado pelo que ocorreu em 2013, facto bem demonstrativo da força, unidade e confiança que os Sargentos de Portugal têm na sua associação representativa.

Em mais uma página que se vira, na caminhada, determinada e corajosa, deste grandioso projecto de classe que dá pelo nome de ANS, este resultado eleitoral no momento de substituição dum dirigente carismático como o foi Lima Coelho, traduz-se num exemplar e inequívoco apoio à solução encontrada na pessoa do novo Presidente da Direcção, José Gonçalves. Camarada com mais de dezena e meia de anos de experiência associativa, homem prestigiado no seio da classe, que de imediato colheu o consenso, tornando fácil o que, para alguns, parecia uma enorme dificuldade.

A ANS sai destas eleições reforçada. ▲



Órgãos Sociais para o biénio 2015/2016

ASSEMBLEIA GERAL

CARGO	POSTO/NOME	Nº SÓC	RAMO	COLOCAÇÃO	IDADE
Presidente	SCH Luís Bugalhão	2622	ARM	ICM - DITIC - Lisboa	49
Vice-Presidente	SAJ Jorge Ferreira	6152	EXE	CFT - Oeiras	48
Secretário	SAJ Norberto Mateus	2401	FAP	CME - Monsanto	48
Vogal	SAJ Francisco Silva	4289	EXE	UnApoio - V. N. Gaia	43
Vogal	SAJ José Gomes	4139	FAP	BA 5 – Monte Real	46

CONSELHO FISCAL

CARGO	POSTO/NOME	Nº SÓC	RAMO	COLOCAÇÃO	IDADE
Presidente	SCH Mário Pereira	56	EXE	RE1 - Tancos	51
Secretário	SAJ Paulo Tomaz	5085	ARM	EscFuz – Vale de Zebro	53
Relator	1SAR Patrício Branco	6498	FAP	BA 1 - Sintra	38
Vogal	2SAR Nelson Bento	6299	ARM	Esq. Submarinos	29
Vogal	1SAR Valter Cláudio	6571	EXE	IDN - Eurodefense - Lisboa	35

DIRECÇÃO

CARGO	POSTO/NOME	Nº SÓC	RAMO	COLOCAÇÃO	IDADE
Presidente	SCH José Gonçalves	2033	FAP	EMGFA - Lisboa	52
Vice-Presidente	SAJ Paulo Contreiras	3637	FAP	DGMFA - Alverca	48
Vice-Presidente	SAJ António Taveira	5706	ARM	Museu Marinha - Lisboa	53
Vice-Presidente	SAJ Carlos Colaço	6134	EXE	UnAp/AMAS - Amadora	44
Tesoureiro	SAJ José Pereira	3361	FAP	BA 6 - Montijo	47
Secretário	SAJ Vitor Geitoeira	2904	EXE	RTm – Lisboa	50
Secretário	1SAR Frederico Paiva	6481	ARM	ETNA - Alfeite	33
Secretário	1SAR Telmo Campos	6488	FAP	BandaMusFAP - Lisboa	34
Vogal	1SAR Guido Sá	5709	EXE	EME - Lisboa	39
Vogal	1SAR António Ferreira	6500	ARM	NRP DFAmeida	39
Vogal	SAJ Célia Machado	6502	FAP	BA 6 – Montijo	43
Vogal	1SAR Joaquim Torres	4721	EXE	RTm - Porto	39
Vogal	1SAR Hugo Caeiro	6554	ARM	ICM - DITIC - Lisboa	29
Vogal	2SAR Vitor Silva	6593	FAP	CME - Monsanto	31
Vogal	1SAR Rui Lopes	6058	EXE	CR – Viseu	30
Vogal	1SAR Carlos Simões	6348	ARM	CZMA – P. Delgada	44
Vogal	2SAR Sérgio Ceitil	6535	FAP	BA 4 – Lajes - Terceira	29
Vogal	1SAR Jorge Vieira	6594	EXE	DSP – RepAb - Queluz	28
Vogal	1SAR Rogério Graça	6573	ARM	EscFuz – Vale de Zebro	36
Vogal	1SAR Luís Rosário	6347	EXE	ESSM – Lisboa	38
Vogal	1SAR Arlindo Almeida	6589	ARM	BNL - Alfeite	35
Vogal	1SAR José Mendes	6448	EXE	RG 3 - Funchal	38
Vogal	SCH José Leitão	2574	EXE	Unap – EME - Lisboa	49
Vogal	2SAR João Leal	6595	EXE	EME - Lisboa	28



ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE SARGENTOS



CONVOCATÓRIA

Nos termos da alínea a) do art. 9.º dos Estatutos e da alínea a) do n.º 1 do Art. 12.º do Regulamento Interno, convoco todos os sócios da Associação Nacional de Sargentos para a Assembleia Geral Ordinária, a realizar na sede social, sita na Rua Barão de Sabrosa, n.º 57 – 2.º, em Lisboa, no dia 20 de Abril de 2015, pelas 18.00 horas, com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

1. Discussão e votação do Relatório e Contas do ano de 2014
2. Discussão e votação do Orçamento e Plano para o ano de 2015

Não havendo número legal de sócios para deliberar em primeira convocatória, convoco, desde já, a mesma Assembleia Geral para reunir em segunda convocatória, no mesmo local e dia, uma hora depois, com a mesma Ordem de Trabalhos, deliberando então com qualquer número de sócios presentes, de acordo com o n.º 1 do Art. 11.º dos Estatutos.

Lisboa, 4 de Abril de 2015

O Presidente da Assembleia Geral

Luís Manuel Marques Bugalhão

Campanha de Sócios 2014 já tem vencedor!

Durante a Assembleia Geral Eleitoral e Sessão Comemorativa do 31 de Janeiro – Dia Nacional do Sargento, em Lisboa, na Casa do Alentejo foi anunciado o nome do novo sócio que venceu o concurso integrado na “Campanha de Sócios 2014”.

O feliz vencedor é o nosso associado Gabriel Cunha, Sargento do Exército, que se encontra a prestar serviço na Brigada Mecanizada, a quem desejamos um excelente fim-de-semana, independentemente da Pousada aonde o venha a passar.

Ficaram habilitados a este sorteio todos os novos sócios que se associaram durante o ano de 2014. O prémio consiste num Voucher Premium Check-In, válido para duas pessoas, para uma ou duas noites consoante o local escolhido, numa das Pousadas de Portugal, com o patrocínio das Agências Funerárias Eterna Trindade.

Este prémio é resultante de um dos muitos protocolos que a ANS estabelece para benefício dos associados e famílias, cobrindo as mais diversas actividades comerciais. ▲

AP Comemora o 15º Aniversário!

Homenageados Dirigentes da ANS

No dia 14 de Março, nas instalações da antiga Cordoaria Nacional, à responsabilidade do Museu de Marinha, teve lugar a cerimónia comemorativa do 15.º aniversário da AP – Associação de Praças.

Na presença de inúmeros associados e familiares, convidados institucionais e associações congéneres, esta cerimónia ficou marcada pelas homenagens feitas. A todos os associados que perfizeram quinze anos de vínculo associativo foi atribuída uma medalha alusiva à efeméride. Vários dirigentes da AP foram homenageados com o Prémio Associativismo, num acto de grande reconhecimento público pelo trabalho desenvolvido em prol da AP, das Forças Armadas e do País.

Momento de grande significado foi igualmente o da atribuição do “Prémio Homenagem 2015” cujo diploma tem o seguinte texto: “Com este prémio a Associação de Praças pretende distinguir a fidelidade aos mais nobres ideais, como apelo à resistência das nossas tradições latinas e guerreiras, na pessoa de uma individualidade na qual se revejam a título de exemplo todas as gerações de militares, em particular das Praças das Forças Armadas.

Neste âmbito, atribui-se o Prémio Homenagem pelo seu carácter, postura, personalidade, humanismo, elevada capacidade técnica e pensamentos que em tudo enaltecem o significado de Português e Militar, que desde

sempre apoiou, acarinhou, acolheu e ajudou a desenvolver o movimento associativo, mesmo nos momentos mais críticos, ao:...” Com surpresa e muita emoção foram chamados a receber este prémio os nossos camaradas Álvaro Martins, Mário Ramos e António Lima Coelho, três ex-dirigentes da ANS!

A encerrar este emotivo momento, e para surpresa geral, “por ter posto a sua experiência, o seu tempo e conhecimentos, pela sua verticalidade, perseverança e altruísmo na forma inegável, solidária e convicta, como contribuiu para a acreditação, valorização e desenvolvimento do movimento associativo militar, na defesa dos valores, direitos e da condição

militar dos militares das Forças Armadas” a Associação de Praças distinguiu o SMOR Lima Coelho com o título de Sócio Benemérito, tendo feito a entrega de uma placa com esses dizeres.

Estes factos são sobejamente demonstrativos da profunda relação de fraterna camaradagem e solidariedade que une estas duas associações representativas de militares. O profundo respeito mútuo e a permanente disponibilidade de interajuda e defesa de causas comuns ficaram de novo bem vinculados.

À AP, seus dirigentes, massa associativa e respectivas famílias, o jornal “O Sargento” deseja as maiores felicidades e sucessos. ▲



Álvaro Martins recebe Prémio Homenagem



Lima Coelho recebe Prémio Homenagem



Mário Ramos recebe Prémio Homenagem



Lima Coelho recebe título de Sócio Benemérito

Frases Ditas!

“Estamos a pedir sacrifícios aos cidadãos, aos pais, para aceitarem salários mais baixos, impostos mais altos e menos serviços. E para quê? Para salvar os bancos.” - (Martin Schulz)

“Não acredito muito na austeridade, no “tem que ser assim, porque não há outra saída”. Ora, sempre houve outras saídas e há sempre.” - (Inês Pedrosa)

“Pedir desculpa é pior do que não ter razão.” - (Ricardo Salgado)

“Este governo de Passos e Portas faz cá tanta falta como a fome.” - (Jerónimo de Sousa)

“A credibilidade política de Paulo Nuncio é zero!” - (Marcelo Rebelo de Souza)

“(…) o governo andou a jogar à roleta com a estabilidade bancária.” - (Fernando Ulrich)

“Por vezes, a democracia escolhe pessoas que não prestam. Como é que a democracia nem sempre distingue a tempo e não segrega os políticos de pouca diligência, de débil carácter, puro sacana, velhaco? Por vezes, o grande venal?” - (Miguel Cadilhe)

“Já não é um Passos ou um Costa [...]. Não são esses quem importa.” - (idem, ibidem)

“E por vezes a democracia afasta os melhores e flagela o mérito, a honra, a rectidão.” - (idem, ibidem)

“Desampare-me a loja!... A senhora devia tomar banho mais vezes!... Cheira mal!” - (João Araújo) ▲

Comemorações do “31 de Janeiro – Dia Nacional do Sargento”

Decorreram por todo o país, no estrangeiro e...

Numa demonstração de grande consciência de classe, capacidade de organização, motivação e empenho, dirigentes, delegados, associados e amigos da ANS organizaram em cerca de vinte localidades de todo o território nacional, ao longo de duas semanas, sessões comemorativas do “31 de Janeiro – Dia Nacional do Sargento”.

Estas comemorações assumiram carácter diversificado, passando por debates, almoços, jantares, romagens, e aconteceram em locais tão diferentes como Funchal, Marinha Grande (Monte Real/Leiria), Viseu, Chaves, Porto, Lisboa, Abrantes, Castelo Branco, Gondomar, Tavira, Évora, Beja, Estremoz, Entroncamento, Peso da Régua (Vila Real/Lamego), Vendas Novas, Monchique, Lajes-Terceira e Ponta Delgada.

Para além destes locais em território nacional, chegou a informação ao jornal “O Sargento” que militares deslocados em missões em diversos pontos do globo organizaram igualmente, em alguns desses locais, actos comemorativos do “31 de Janeiro – Dia Nacional do Sargento”, como por exemplo na Turquia, no Mali ou no Kosovo.

Como vem sendo habitual um texto comum foi elaborado para ser lido em todos os locais em que se realizaram estes actos comemorativos.

Este texto estabelece o paralelismo entre aqueles dias de 1890 e os dias de hoje, quando refere: “O “31 de Janeiro – Dia Nacional do Sargento” visa essencialmente homenagear os heróis da primeira tentativa de im-

plantação da República, em 1891, – de onde sobressaem naturalmente os Sargentos da Guarnição Militar do Porto - que não aceitaram o “Ultimatum” imposto a Portugal pela coroa britânica. Não aceitaram a degradação das condições de vida dos portugueses, não aceitaram o tratamento discriminatório que se vivia no meio militar da altura, não aceitaram a corrupção, a inoperância e submissão dos governantes de então. E muito menos aceitaram ver uma Pátria velha de séculos, ser colocada de joelhos perante as exigências de potências estrangeiras, que se diziam aliadas, mas que na verdade conduziam Portugal e os portugueses à miséria, à indigência e à perda da sua própria soberania!”

É claro e inquestionável o paralelismo com a situação em que se encontram hoje os cidadãos portugueses! Mas o paralelismo vai mais longe quando se recorda quem governava, e como, o País:

... é sempre bom recordar que esta inoperância e submissão se deviam à forma como a acção governativa era exercida pelo governo de gestão (Progressista) que, face à pressão popular, caiu de imediato, dando lugar a outro (Regenerador) mas que prosseguiu no mesmo sentido. Estes eram os partidos que então repartiam, entre si, em alternância, a governação do país, como duas faces de uma mesma moeda...”

O texto comum termina com veemente apelo à consciência histórica e à disponibilidade para o combate na defesa dos direitos dos cidadãos militares e os princípios e valores inscritos na Constituição da



República Portuguesa: “...honremos a memória e o exemplo dos Heróis do 31 de Janeiro de 1891! Saibamos hoje tomar nas nossas mãos a condução do futuro das nossas vidas e das vidas dos nossos filhos e netos. Saibamos defender o futuro das gerações desta Pátria portuguesa! Estejamos disponíveis para participar activamente nas iniciativas para as quais venhamos a ser chamados, na defesa dos princípios e valores constitucionais que jurámos, entre os quais se incluem a defesa do direito à saúde para os militares e famílias, a defesa de um estatuto profissional que consagre carreiras dignas e aliciantes. Em suma, o respeito pela Condição Militar!

Não nos deixemos subjugar por preconceitos! Saibamos perceber que é possível mudar! Não nos acomodemos. Mas, sobretudo, não nos resignemos! [...]

Por tudo o que aqui se afirma, é fundamental, mesmo na mudança, reforçar a Associação Nacional de Sargentos!

É de capital importância defender Portugal!

E porque acreditamos que só lutando defenderemos e alcançaremos a dignidade de uma vida profissional de que nos orgulhamos, vamos continuar, com confiança, a construir o futuro, honrando a memória daqueles que hoje homenageamos!”

...e também dentro de Unidades Militares

Para além da assinalável capacidade organizativa demonstrada pela ANS, é

de capital importância realçar o facto de actos comemorativos do “31 de Janeiro – Dia Nacional do Sargento” se realizarem num crescente, e já muito significativo número, dentro de unidades militares, nas messes e salas de Sargentos sob a forma de almoços, “Portos de Honra”, ou tardes desportivas seguidas de lanche, com a presença dos respectivos Comandantes como convidados e, por vezes, também com a presença de dirigentes associativos.

Estes actos comemorativos que decorrem num clima de grande elevação e consciência de classe, são a prova provada que o reconhecimento e a comemoração do “31 de Janeiro – Dia Nacional do Sargento” ao invés de poder colocar em causa a coesão e a disciplina, são actos que reforçam a coesão, decorrem em clima de grande disciplina e camaradagem, e concorrem para o enobrecimento dos profissionais que servem as Forças Armadas como Sargentos de Portugal.

O jornal “O Sargento” faz votos de que se repitam e se multipliquem estes actos comemorativos com a mesma determinação, firmeza e elevação, concorrendo assim para o objectivo de que, mais cedo ou mais tarde, a velha aspiração dos Sargentos se materialize e que o “31 de Janeiro – Dia Nacional do Sargento” venha a ser formal e oficialmente reconhecido, consagrado em texto aprovado na Assembleia da República.

Os Sargentos de Portugal merecem-no! ▲



O 31 de Janeiro na Armada

A exemplo do ano transacto, o 31 de Janeiro, comemorou-se novamente na Escola de Tecnologias Navais da Armada (ETNA) e nas Instalações Centrais de Marinha (ICM). Estas são duas das maiores unidades da Armada, também por isso o significado destas comemorações se revestem de maior importância.

Na ETNA, o “Dia Nacional do Sargento” comemorou-se no dia 29 de Janeiro. O esforço do nosso delegado, actualmente secretário da Direcção, 1SAR CM Bento Paiva, foi imprescindível. A sua relação com o Sargento mais antigo da unidade, possibilitou com o empenho de ambos alcançar este objectivo.

Nas ICM, comemorou-se no dia 30. O processo foi idêntico ao da ETNA, o nosso

camarada SCH ETC Luís Bugalhão, actual presidente da Assembleia Geral, foi mais uma vez exemplo de empenho e convicção para que esta comemoração fosse uma realidade. O apoio do SMOR mais antigo foi também aqui uma ajuda preciosa nos contributos e na forma de gerir o processo.

A abordagem histórica dos acontecimentos à data foi feita na presença de um considerável número de camaradas sargentos, terminando num “Porto de Honra” acompanhado do tradicional bolo de aniversário. O “31 de Janeiro – Dia Nacional do Sargento” está por isso de parabéns porque aqui os camaradas marinheiros souberam honrar os seus camaradas da Revolta do Porto de 1891.

A figura do mais antigo é incontornável, a cadeia hierárquica tem e deve ser respeitada, possibilitando também o aparecimento de uma classe mais forte e mais interventiva, alimentando assim uma maior camaradagem entre os militares que aí prestam serviço.

Queremos aqui deixar um abraço de amizade, a todos os camaradas que tornaram isto possível, especialmente aos camaradas dispenseiros que desde o primeiro momento se disponibilizaram na confecção do bolo de aniversário. Bem hajam também por isso.

Nem sempre é responsabilidade dos comandos a não concretização dos nossos objectivos. As comemorações do “31 de Ja-

neiro – Dia Nacional do Sargento” são um exemplo disso. É possível, e desejável, alargar estas comemorações a mais unidades militares. Se como Sargentos assumirmos esse objectivo, tudo se tornará mais fácil. O modo como abordamos a questão, a convicção com que ela é apresentada, o grau de importância que todos os Sargentos lhe derem, são factores decisivos para que o objectivo seja alcançado, por isso o apelo aqui fica, para as próximas comemorações vamos unir esforços e tornar o “31 de Janeiro – Dia Nacional do Sargento” ainda mais forte, comemorando-o em mais unidades, aumentando e reforçando o orgulho de sermos Sargentos.

A.T. ▲

Comemorações do “31 de Janeiro” QUER QUEIRA



ABRANTES



BEJA



CASTELO BRANCO



SINTRA



ÉTNA



ÉVORA



LISBOA



TURQUIA

ro – Dia Nacional do Sargento” M QUER NÃO!



Comemorações do “31 de Janeiro – Dia Nacional do Sargento”

Comemorações no Funchal

Sopro na memória – Rua 31 de Janeiro

Longo que a República foi implantada em Portugal, várias ruas e praças de várias cidades do País foram rebatizadas para Rua ou Praça de 31 de Janeiro como, aliás, aconteceu com outras ruas renomeadas de 5 de Outubro. A cidade do Funchal com o peso dos seus cinco séculos de história perfilhou-se ao lado da gratidão aos heróis da revolta de 31 de Janeiro de 1891 que, corajosamente se bateram pela afirmação da República no nosso País, atribuindo através da sua edilidade, nos alvares do século passando, o nome de 31 de Janeiro à rua da princesa, localizada junto à ribeira de Santa Luzia. Uma decisão que enaltece o reconhecimento público deste município pela bravura e coragem dos militares do Batalhão de Caçadores 9, liderados por Sargentos; pela audácia e firmeza dos cidadãos com farda do Regimento de Infantaria 10, liderados pelo tenente Coelho e pela valentia e as convicções republicanas dos militares da Companhia da Guarda Fiscal, sediada na altura na cidade do Porto.

Todas estas forças concentraram-se na Praça de D. Pedro, hoje conhecida por Praça da Liberdade de onde, naquela madrugada do último dia de janeiro de 1891, em frente ao antigo edifício da Câmara Municipal do Porto, ouviram Alves da Veiga proclamar da varanda a Implantação da República, realidade que só mais tarde veio acontecer, precisamente a 5 de Outubro de 1910. A este movimento de descontentamento formado por centenas de Praças, Sargentos e alguns Oficiais, juntaram-se vultos eminentes da cultura

como João Chagas, Aurélio da Paz dos Reis, o ator Miguel Verdial, entre outros que não aceitavam o Ultimato imposto a Portugal pela coroa britânica, com a consequente submissão dos nossos governantes e por não silenciarem a degradação das condições de vida da maioria dos portugueses.

Por outro lado, não acolhiam de bom grado o tratamento discriminatório que se vivia no seio militar da altura, não consentiam o elevado índice de corrupção que se alastrava pelo País e, muito menos, aceitavam ver a Pátria idosa de séculos ser humilhada perante as exigências de potências estrangeiras que se diziam aliadas mas que, no fundo, conduziam Portugal e os portugueses à miséria e à perda de soberania.

Enfim, um quadro social, financeiro e político não muito diferente daquele em que hoje nos vimos encurralados. Como desfecho desta revolta, mais conhecida por “Revolta do Porto” a reação oficial do governo foi intransigente, julgando os revoltosos em Conselhos de Guerra, a bordo de navios como o paquete Moçambique e a corveta Bartolomeu Dias, ao largo do porto de Leixões. Foram sentenciados 505 militares e cerca de 250 civis foram condenados a penas até 15 anos de degredo em África. Outros civis, envolvidos intensamente nesta revolta como Alves da Veiga, o jornalista Sampaio Bruno e o Advogado António Claro conseguiram iludir os guardas de fronteira e alcançar Madrid e Paris.

Passados 124 anos da Revolta do Porto, dezenas de Sargentos



que servem Portugal na Região Autónoma da Madeira, conscientes da importância da história de um povo, reuniram-se no passado dia 24 de Janeiro na cidade do Funchal para evocar e homenagear, particularmente, estes cidadãos de uniforme, exemplares e corajosos, a quem devem a obrigação de reter o seu exemplo e ser continuadores da consciência das suas causas.

Neste encontro o presidente da Associação Nacional de Sargentos, Sargento-Mor Lima Coelho, convidou o Dr. Paulo Cafofo, ilustre presidente da Câmara Municipal do Funchal, a usar a palavra, tendo sido calorosamente aplaudido pelo excelente enquadramento sobre a história das causas da Revolta do Porto comparando-as, na sua generalidade, às situações económicas e sociais actuais que sufocam o dia-a-dia da maioria dos portugueses em geral e dos madeirenses em particular. Fica este sopro, como centelha na memória do tempo.

Severino Olim ▲

No Entroncamento também se comemorou o 31 de Janeiro

No dia 4 de Fevereiro de 2015, na presença de cerca de uma centena de Sargentos, comemorou-se no restaurante “FACE”, no Entroncamento, o 31 de Janeiro. Marcaram ainda presença, a ASMIR pelo seu presidente da Direcção, MGen Bernardo, a AOFA pelo dirigente TCor Mata, a AP pelo secretário da Direcção, Cab Santos Pereira e pela ANS, o presidente da Direcção SMor Lima Coelho e o secretário da Direcção SAJ Carlos Colaço.

Antes de se iniciar o jantar festivo, agradeceu-se a presença dos convidados e de todos os camaradas Sargentos e, foi feita a leitura da intervenção comum por Carlos Colaço

No final do jantar foi lido pelo Sch Mário Pereira, o artigo “o EMFAR está a morrer...”, da autoria do SAJ da Força Aérea, José Pereira.

Atendendo a que este seria o último jantar em que Lima Coelho estaria como presidente da Direcção da ANS, os elementos da organização (SMor Ciro Martins, Sch Mário Pereira, Sch Pinto Silva, SAJ Barão Gonçalves, SAJ Carlos Condesso, Sch António Nunes), e todos os Sargentos presentes, fizeram uma homenagem de agradecimento pela sua dedicação ao associativismo militar, particularmente os 15 anos como presidente da Direcção, com a entrega de um quadro com o

seguinte texto:

“Ao SMor António Lima Coelho, Presidente da Direcção da Associação Nacional de Sargentos. Reconhecimento pelo seu abnegado trabalho, dedicação e empenho na defesa da classe de Sargentos de Portugal. Cidade de Entroncamento, 4 de Fevereiro de 2015”

Por fim, Lima Coelho, ainda emocionado, agradeceu e teceu algumas palavras onde lembrou que um Governo que produz leis mas não as cumpre ou não aplica correctamente deveria ser punido, conforme acontece aos demais cidadãos que são punidos sempre que não cumprem ou transgridem as leis.

Os tempos que se aproximam não vão ser fáceis, muitas lutas teremos de travar para podermos ultrapassar os graves problemas e que é preciso estar unido, porque unidos mais facilmente se conseguem atingir os objectivos. Embora o seu tempo de dirigente associativo esteja a terminar, não abandonará a “trincheira”, pois continuará ao lado a dar todo o apoio aos novos dirigentes.

No final do jantar foi simbolicamente cortado um bolo do 124º Aniversário do 31 de Janeiro de 1891, encerrando-se a comemoração cantando o Hino Nacional.

M. P. ▲



Isto é marcar a História!

Comemorou-se na Escola Prática de Serviços no passado dia 30 de Janeiro o 124º aniversário da revolta que marcou a história dos Sargentos e do país, no acto que impulsionou de certa forma, o que mais tarde se sucedera, a instauração da República Portuguesa.

Para que se lembrem as gerações mais novas daquilo que foi o marcante passado dos Sargentos na história de Portugal, não o podemos deixar apagar no presente, há que remarcar os momentos históricos e importantes, há que descobrir e entender as nossas raízes, para que nos possamos enquadrar no papel forte e importante que é ser Sargento de Portugal. Foi com muita honra e dignidade que a história foi lembrada pelos Sargentos da EPS, na EPS. As comemorações assentes no almoço volante contaram para além dos Sargentos, com a presença de Civis, Praças e Oficiais, Sargentos em representação da Marinha Portuguesa e da Guarda Nacional Republicana,

tendo o Exmo. Comandante da EPS COR TIR ADMIL Rui Lopes, marcado presença, o que orgulha os Sargentos pela demonstração de respeito pela classe, o respeito e a valorização dos Sargentos com este tipo de gestos semeia boas colheitas, a coesão no Exército faz-se valorizando e reconhecendo na prática, o esforço dos que o fazem, em contributo ao cumprimento dos objetivos determinados e que a todos toca fazer cumprir com o mesmo ímpeto.

Foram lembrados, numa alusão, todos os Sargentos que se sacrificaram com a vida, na luta pelos seus ideais, pelo interesse do país, dos portugueses. Compete aos Sargentos de hoje continuar essa luta, todos os dias, em tudo o que fazem e não ficar alheios àquilo que são os problemas comuns a todos, não devem os Sargentos pensar obsessivamente e apenas no seu interesse pessoal, o nosso papel é agir pelo interesse colectivo, pelo país! Vamos marcar a

história, ao servir, tal como os nossos antepassados serviram por nós e para que nós tivéssemos o que desfrutamos hoje. O papel do Sargento no Exército, para além do principal suporte da estrutura orgânica, também passa por formar sociedades, ensinando às gerações de militares contratados que pela instituição passam, os valores humanos e morais que estão quase apagados na sociedade, devemos ser portadores e transmissores de conhecimentos que ficam para a vida. Há muito por explorar num Sargento, acreditamos que as nossas competências venham a ser creditadas no futuro com uma formação de base mais completa, qualificada e reconhecida. É importante impulsionar a aparente estagnada evolução na formação dos Sargentos. Os Sargentos, pelo seu papel reconhecido como importante, precisam se renovar, se formar e produzir em prol do país. Isto é marcar a história.

2ºSarg Inf Daniel Rodrigues ▲

Somos competentes, íntegros e temos mérito!

Esta iniciativa pretende não só reiterar a importância da data, como alimentar o orgulho dos Sargentos que servem com empenho e com o sentimento de dever cumprido, um papel relevante na Força Aérea e em particular na BA11. Os nossos agradecimentos por se terem associado a nós.

Duas palavras pela história:

O Sargento, como posto militar, existe há mais tempo que o Exército como ramo das Forças Armadas. Mesmo ainda antes da criação da primeira organização militar (Terço da Armada - cerca de 1650), já existiam Sargentos-Mor. Os Sargentos-Mor eram os responsáveis pela preparação militar dos homens em geral, gozando de elevada reputação social.

O Dia do Sargento tem por referência os acontecimentos históricos ocorridos a 31 de Janeiro de 1891 no

Porto.

Palavras de um Soldado ao presidente do tribunal de guerra, no acto do julgamento:

... Eu, meu senhor, não sei o que é a República, mas não pode deixar de ser uma coisa santa. Nunca na igreja senti um calafrio assim. Perdi a cabeça então, como os outros todos. Todos a perdemos. Atirámos então as barretinas ao ar. Gritámos então todos:

Viva! Viva, viva a República!...

Hoje, não somos iguais. Temos loucuras distintas em padrões normais. Sonhamos acordados, Vivemos sonhando! Encontramo-nos em alguns pontos e juntos vamos pela mesma ponte. Objectivo é atingir a outra margem! Somos capazes. Sabemos trabalhar em conjunto.

Amanhã, sejamos Unidos. Depende de nós. Militares,

Sargentos, tenhamos objectivos. Temos história. Precisamos de Futuro.

Desejamos que este almoço convívio seja uma oportunidade para reforçar ainda mais os valores da República e, portanto, da cidadania. Todos! Não esperemos o que pode fazer a Instituição Força Aérea e o País por Nós. Sejam inteligentes. Que podemos Nós fazer pela Instituição e por Portugal.

Sejam Nós Todos ainda mais ambiciosos. Somos Competentes, Íntegros e Temos Mérito.

Viva a República!...

Viva Portugal!

(Intervenção do Sargento-Mor Agnelo Amaro, no almoço comemorativo do 31 de Janeiro, na Messe de Sargentos da Base Aérea 11, Beja) ▲

Folhetim ADM - Condição Militar continua debaixo de fogo!

Estabelece a Lei de Bases Gerais do Estatuto da Condição Militar, Lei n.º 11/89 de 1 de Junho, no número 2 do seu Artigo 15.º: “É garantido aos militares e suas famílias, de acordo com as condições legalmente estabelecidas, um sistema de assistência e protecção, abrangendo, designadamente, pensões de reforma, de sobrevivência e de preço de sangue e subsídios de invalidez e outras formas de segurança, incluindo assistência sanitária e apoio social”.

Por via de sucessivas medidas de pendor puramente economicista, visando a destruição da ADM, tem sido objectivo dos últimos governos procurar eliminar os cônjuges de militares do universo de beneficiários deste serviço assistencial, objectivo a que os militares apoiados nas suas associações representativas resistiram, e continuam a resistir, particularmente desde 2005, o que permitiu que, apesar das

dificuldades, os cônjuges dos militares mantivessem até hoje o direito que a lei lhes confere, ao abrigo da Condição Militar.

No início deste ano, nos primeiros dias de Janeiro, a Secretária de Estado Adjunta e da Defesa Nacional fez a entrega de um projecto de diploma às associações. Tal diploma mais não é do que uma nova peça na velha estratégia de eliminar os cônjuges dos militares do universo de beneficiários da ADM.

O projecto de diploma em apreço não é compaginável com a Lei de Bases Gerais do Estatuto da Condição Militar, na medida em que esta Lei não exige qualquer condição para agregar os cônjuges à ADM, tal como acontece com os descendentes.

O pagamento de uma contribuição adicional por parte do beneficiário titular, com base num questionável algoritmo, não tem qualquer fundamentação, para

além de alimentar gritante injustiça social. A incidência do desconto sobre 79% da remuneração base do titular não é de nenhuma forma justificada. Para além deste aspecto, a possibilidade de se efectuar desconto sobre as pensões de viuvez e sobrevivência é nem mais nem menos que um insulto. Por outro lado, a referência ao regime da ADSE (artigo 5.º) não faz qualquer sentido uma vez que os militares não se regem por esse regime, cabendo-lhes regime diferenciado correspondente a discriminação positiva decorrente da Condição Militar.

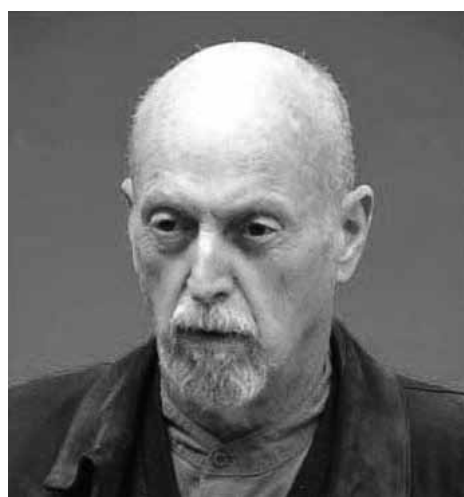
Este projecto de diploma é inadequado, injusto e inaceitável e reforça o que a ANS desde sempre defendeu nomeadamente no que diz respeito à rejeição de pagamento de qualquer quotização para a ADM e a aceitação e necessidade da quotização para o IASFA, na defesa e preservação de um efectivo serviço de Acção Social Complementar. ▲

Os Militares das Forças Armadas e o Cálculo da Pensão/Reforma (Orçamento do Estado para 2014)

Os militares das Forças Armadas que, no primeiro semestre de 2014, passaram à situação de aposentação/Reforma, viram-se confrontados com a redução da sua posição remuneratória, repercutindo-se ela no acto do cálculo da respectiva pensão/reforma praticado pela Caixa Geral de Aposentações (CGA).

Tal aconteceu por aplicação do Orçamento do Estado para 2014, aprovada pela Lei n.º 83-C/2013, de 31 de Dezembro, em vigor à data da verificação daquela situação (art.º 43º do Estatuto da Aposentação), mais precisamente por aplicação das normas do art.º 33º do citado Orçamento.

Mas estas normas foram declaradas inconstitucionais, com força obrigatória geral, pelo Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 413/2014, de 30 de Maio, por violação do princípio da igualdade. E essa declaração produziu efeitos *ex tunc** relativamente às mesmas normas, com o sentido da nulidade dos actos administrativos da CGA então praticados no âmbito da sua aplicação, ripristinando-se, por consequência, o regime legal anterior, sem a tal redução remuneratória imposta



para o ano de 2014.

É certo, porém, que naquele Acórdão n.º 413/2014 foi determinado que a declaração de inconstitucionalidade “só produza efeitos a partir da data da presente decisão” (30 de Maio de 2014), invocando-se o “disposto no n.º 4 do artigo 282º da Constituição”, o que significa a atribuição de efeitos *ex nunc** à declaração de inconstitucionalidade das normas em causa. E isto por se considerar “a necessidade de evitar a perda para o Estado da poupança líquida de despesa pública já obtida no

presente exercício orçamental por via das reduções remuneratórias, apesar de excederem o limite do sacrifício que se entende constitucionalmente admissível em relação aos trabalhadores que auferem por verbas públicas”, eis o interesse público de excepcional relevo invocado pelo Tribunal Constitucional.

Daqui decorre que a eficácia *ex nunc**, mantendo-se as reduções remuneratórias efectuadas até 30 de Maio de 2014, valeu só para os “trabalhadores que auferem por verbas públicas” e que estão no activo, obtendo o Estado empregador a tal poupança líquida de despesa pública.

Mas não valeu, nem pode valer, para aqueles que naquele período de 1 de Janeiro a 30 de Maio de 2014 passaram à situação de aposentação/reforma e estabeleceram uma relação jurídica com a CGA, recebendo desta a comunicação do cálculo da respectiva pensão/reforma. Para a situação deles, que, aliás, se desvincularam, entretanto, do Estado empregador, as reduções remuneratórias não têm sentido, porque estar-se-ia a aplicar o quadro orçamental de 2014, que o Tribunal Constitucional declarou inconstitucional,

com força obrigatória geral, perpetuando-se indefinidamente e negativamente essa aplicação. E também estar-se-ia a criar uma discriminação com tal aplicação entre os que passaram à situação de aposentação/reforma até 30 de Maio de 2014, portanto, prejudicados - e prejudicados para sempre - e todos os outros que passaram para a mesma situação posteriormente àquela data, portanto, beneficiados.

Em suma, faça-se justiça aos militares das Forças Armadas, corrigindo-se o cálculo da sua pensão/reforma, relativamente ao primeiro semestre de 2014, o que é incumbência da CGA.

Guilherme Fonseca
(juiz-conselheiro jubilado)

* **ex tunc**, em latim “desde então”, significa que determinada decisão, sobre facto no passado, possui efeitos “desde a data do facto no passado”;

ex nunc, em latim “a partir de agora”, significa que os efeitos da decisão não valem desde a data de ocorrência do facto discutido, mas apenas a partir da data da decisão. ▲

Onde ficam as incompatibilidades?

Respondendo ao apelo da “Comissão em Defesa do IASFA”, ocorreu a 12 de Março uma concentração em frente ao Ministério da Defesa. Enquanto decorria a concentração, tomava posse como vogal do IASFA a Dr.ª Rita Cristóvão Coelho, em cerimónia presidida pela secretária de Estado Adjunta e da Defesa Nacional Dr.ª Berta Cabral.

Um elemento da comissão promotora do protesto referiu a “O Sargento” que a Dr.ª Rita Coelho foi contratada em 2013 como directora de Operações da SANFIL. Até então era quadro na Autoridade Central de Sistemas de Saúde (ACSS) com o pelouro do SIGIC. A SANFIL facturou indevidamen-



te à ADSE medicamentos e equipamentos em colonoscopias e endoscopias, participados em 80%

pela ADSE e facturados aos doentes os restantes 20%.

A concentração contou com a presença de três dezenas de participantes, apesar do secretismo acerca da cerimónia, tendo o elemento da comissão promotora referido ao nosso jornal: “Estamos em presença de mais um negócio obscuro do governo a colocar na Direcção do nosso IASFA pessoas com interesses pessoais e dos privados das empresas que actuam no ramo da saúde”.

Por último, o citado elemento referiu que “colocar a tutelar o IASFA alguém que vem mantendo negócios com a instituição, constitui um verdadeiro escândalo. Onde ficam as impossibilidades?” ▲

CSA aprova relatório e contas e elege novos órgãos sociais

Teve lugar, no dia 24 de Janeiro, na Delegação do CSA, no Feijó, a Assembleia-Geral do Clube de Sargentos da Armada, para aprovação do Relatório e Contas e a eleição dos novos Órgãos Sociais para o Biénio 2015/2016.

Embora se vivam momentos difíceis na sociedade e, como consequência, no Movimento Associativo, eles coexistem também com momentos promissores.

E um destes momentos promissores foi o vivido na Assembleia-Geral, devido aos resultados apresentados no Relatório e Contas do ano de 2014, que provocou na Assembleia Geral, na equipa que terminou e na que vai continuar, o entusiasmo, a determinação, a coragem necessária de que os dirigentes precisam para cumprir com êxito os objectivos que se propõem.

Assembleia muito participada, muitas perguntas, algumas sugestões e críticas para ter em atenção, dúvidas tiradas e, claro, os parabéns à equipa que apresentou o Relatório e Contas.

Este bom resultado foi conseguido devido à boa orientação do trabalho, à dedicação, ao esforço continuado de toda a equipa e à confiança na massa associativa.

E, quando se apresentam as contas certas e positivas, recebem-se os aplausos da Assembleia, reforça-se a unidade e a coesão e, desta forma, a equipa ganha

mais confiança e determinação para continuar a fazer mais e melhor.

Ao ter conseguido estes bons resultados, esta equipa ganhou mais alento e coragem para se propor para um novo mandato e assim, continuar o seu único objectivo: reforçar e engrandecer o património material, social e, como agora também se diz, imaterial do CSA. Porém, ao fazê-lo, estão também a contribuir para uma sociedade mais justa e melhor.

A massa associativa, do CSA, como sempre, ao tomar conhecimento das propostas bem estudadas e fundamentadas pelos seus dirigentes, após as analisar e discutir, nunca negou, como sempre fez, o necessário apoio.

A Assembleia-Geral, após ter apreciado e discutido o Relatório e Contas de 2014, aprovou-o por unanimidade e elegeu a equipa que irá dirigir os destinos do CSA no Biénio 2015/2016, manifestando ainda a solidariedade e apoio aos novos Órgãos Sociais eleitos.

A equipa eleita é quase a equipa anterior, apenas foram substituídos os camaradas que, por qualquer motivo, não puderam continuar. É uma equipa jovem, mas já com provas dadas e com experiência, com vontade, coragem e determinação para cumprir a sua carta de intenções, apresentada em encontro de associados, realizado na Delegação do Feijó, no passado dia 8 de Dezembro.



Pela primeira vez, e ao fim de vinte anos que as mulheres integraram as fileiras das Forças Armadas, foi eleita uma militar do sexo feminino, nos Órgãos Sociais, a camarada Cátia Alexandre Pereira Gomes, não é a primeira militar dirigente do sexo feminino, pois já no último mandato da comissão administrativa, a camarada Cátia Fernandes Câmara, integrou a lista.

Os presidentes dos três Órgãos Sociais são os camaradas: Mesa da Assembleia Geral, Carlos Alberto Alves Capela; Direcção, Rui Manuel de Ornelas Maricato; Conselho Fiscal, Carlos Marques Alves. A equipa tomou posse no dia 5 de Fevereiro

na sede social.

A Comissão Administrativa que, juntamente, com a Direcção, dirige a Delegação do CSA, no Feijó, após ser constituída, foi-lhe dada posse pelo presidente da Direcção, no dia 26 de Fevereiro, sendo o coordenador principal da referida Comissão, o 3.º vice-presidente da Direcção, José Martins Alves da Nóbrega, e vice-coordenador da comissão administrativa, José Manuel Martins Bernardo.

Bem hajam camaradas e muitos êxitos são os desejos da equipa do jornal "O Sargento".

M.C. ▲

A ANS no 40º aniversário do CSA

Hoje, cabe-me a honra de representar a Associação Nacional de Sargentos, neste dia comemorativo para o Clube do Sargento da Armada. A exemplo de anos anteriores, esta sessão solene, vai muito para além da comemoração do seu 40º aniversário, ficará igualmente marcada pelo acto de agradecimento aos camaradas que perfazem 25 anos de associados, o que não deixa de ser um gesto de referência.

É isto que dignifica as instituições, a longevidade da sua existência, o profissionalismo que diariamente lhes é empregue, a conduta dos seus dirigentes, o carinho, a importância e o privilégio que atribuem ao associado. A alma do associativismo seja ele de cariz cultural, desportivo ou qualquer outro, está no conjunto dos seus associados e sem eles, rapidamente aparece o seu vazio.

"Um Clube Vivo é um Clube Participado" - Este é o seu lema e a participação dos seus associados nas variadíssimas actividades, garantem a sua continuidade.

22 de Fevereiro de 1975 figurará para sempre, como a data da sua fundação.

Esta não é uma data qualquer, coincidente ou não, ela está estritamente ligada com o 25 de Abril de 74.

Quero acreditar que não foi por acaso que o nosso clube apareceu nesta fase da história, houve com certeza motivos que alavancaram para que isto fosse possível, se assim foi, ainda bem.

Poderíamos igualmente tecer considerações relativas a este facto, mas só os seus fundadores detêm a causa e os fatores decisivos de tal acontecimento.

Não devemos contudo, esquecer a importância maior que teve para a vida dos

portugueses o 25 de Abril.

De igual modo, não devemos esquecer a importância do clube para a vida dos marinheiros e das suas famílias, ao longo de todos estes anos.

A Associação Nacional de Sargentos e o Clube do Sargento da Armada têm ano após ano, mantido uma relação estreita de amizade e são camaradagem, independentemente do seu raio de ação se direcionar para matérias diferenciadas e muito específicas. Mas porque a composição da sua massa associativa, é na generalidade composta de militares é natural que as relações se tenham alicerçado, porque no essencial, o objectivo é de algum modo idêntico, criar condições para que os militares e as suas famílias se sintam mais enquadrados na vida militar e simultaneamente a par de outras instituições, contribuam para uma melhor sociedade, capaz de proporcionar um melhor nível de vida ao povo português.

A defesa intransigente da condição militar depende também dos clubes e sem eles estaríamos infelizmente mais pobres.

Neste tempo percorrido, o CSA tem sido um exemplo de conduta e os seus dirigentes merecem a consideração das instituições.

Conscientes que continuaremos a manter um relacionamento adequado, a ANS como associação socioprofissional, deseja ao CSA, uma longa vida e um grande obrigado a todos os seus dirigentes, por continuarem a preservar esta obra viva, da qual todos nos orgulhamos.

Viva o Clube do Sargento da Armada!

Intervenção de António Taveira, vice-presidente da Direcção da ANS, ramo Marinha ▲

Cartas ao Director

Sou Beneficiário Titular da ADM derivado da minha condição de militar no activo.

Estive internado de um dia para o outro, no Hospital da Cruz Vermelha onde fiz angioplastia a artérias coronárias, por referência clínica do serviço de Cardiologia do Hospital das Forças Armadas – Polo de Lisboa.

Felizmente tudo correu bem e estou recuperado. Contudo quase tive necessidade de nova assistência quando recebi em minha casa uma factura para pagar mais de 130 euros.

Sucedo que fui para o Hospital da Cruz Vermelha por referência do HFAR. Ali chegado ninguém me questionou, em momento algum, em que tipo de quarto eu queria ficar, nem eu sabia que tal existiria. Colocaram-me num quarto por decisão deles e agora apresentam-se a cobrar um preço por uma noite que deixa envergonhado qualquer hotel de quatro ou cinco estrelas...

Quando questionei os serviços da ADM sobre esta questão obtive a resposta de que o valor é correcto pois fiquei num quarto particular.

Não pondo em questão que o quarto particular se tenha de pagar, o que é verdade é que fui para lá encaminhado pelo nosso HFAR, sem que alguém me tenha perguntado o que quer que seja, ou que eu tenha exigido ou questionado o que quer que seja.

Esta situação parece-me no mínimo bizarra e reflecte um grande oportunismo por parte do Hospital da Cruz Vermelha.

Será isto um protocolo? Será isto a resposta à saúde operacional?

(Leitor devidamente identificado) ▲

EUROMIL – Presidium da Primavera

O próximo Presidium da EUROMIL realizar-se-á em Atenas. A delegação que a ANS enviará será constituída por Lima Coelho e José Gonçalves, anterior e actual presidente da Direcção. Tomou-se esta decisão por ela proporcionar a tradicional apresentação à comunidade EUROMIL, para que também ela assista, presencialmente, à passagem de testemunho que aconteceu na nossa associação no passado dia 28 de Fevereiro.

Na mesma reunião em que assim se decidiu, a primeira dos novos Órgãos Sociais, no passado dia 11 de Março, foram incentivados novos elementos dos Órgãos Sociais para começarem a trabalhar na área do associativismo militar europeu, por forma a renovar as delegações a enviar no futuro, formando-as em contexto de trabalho nesta im-



portante missão da associação que representam.

Para além do trabalho interno da EUROMIL, haverá como habitualmente agenda para reuniões das organizações regionais, com as APM portuguesas a reunir com as suas congéneres no Fórum Mediterrâneo (FMMA, na sigla em inglês).

Para debate e troca de ideias sobre as realidades das Forças Armadas de cada país, o programa incluirá ainda três workshops:

1. Sobre dois recentes acórdãos de julgamentos

do Tribunal Europeu dos Direitos Humanos acerca do direito de associação para os militares franceses; 2. Legislação sobre protecção social dos militares (assistência na doença, reformas, compensações por morte, assistência a veteranos,...);

3. Implementação da *Safety and Health Framework Directive* (directiva europeia 89/391, de 12 Junho de 1989) nas Forças Armadas.

O trabalho junto de todos os que lutam solidariamente pelos direitos dos cidadãos em uniforme e das suas famílias será sempre um objectivo da ANS. A equipa que iniciou funções agora manterá, renovará e enriquecerá esse objectivo, já a partir dos próximos dias 17 e 18 de Abril, na Grécia, com os congéneres europeus do associativismo militar. ▲



RC6 (Braga) em duas missões internacionais diferentes

O “6” está, mais uma vez, de parabéns! O Exército Português irá brevemente projectar duas unidades para dois Teatros de Operações bem diferentes, no continente europeu: Kosovo e Lituânia.

Essa missão foi atribuída ao Regimento de Cavalaria 6 (RC6), sedado em Braga, que já no final do mês de Março enviará forças para o Kosovo e para a Lituânia, em missões no âmbito dos compromissos internacionais a que Portugal

está obrigado, nomeadamente com a NATO.

Assim, a projecção do Grupo de Autometralhadoras insere-se no quadro da missão da KFOR onde, através da presença militar, se pretende o estabelecimento e manutenção da paz, procurando garantir um ambiente seguro e estável.

Relativamente à missão na Lituânia, decidida durante a Cimeira de Gales que teve lugar durante o mês de Setembro do ano passado, nasceu da neces-

sidade de reforçar a segurança dos novos países da Aliança Atlântica situados no leste europeu.

A “RECCE COY” Portuguesa vai contribuir para a manifestação de medidas imediatas de afirmação da NATO, de forma a demonstrar a coesão e o esforço de defesa colectiva da Aliança bem como a sua capacidade de dissuasão, contra qualquer ameaça de agressão a um país soberano, membro desta organização.

J.F. ▲

Ficámos mais pobres!



O nosso camarada e amigo Jorge Reis partiu subitamente, no passado dia 12 de Fevereiro de 2015. Jorge Manuel Fernandes Veiga dos Reis, Sargento-Mor de Infantaria, de Operações Especiais, nasceu a 15 de Julho de 1958. Foi incorporado em 4 de Janeiro de 1979 e em Setembro do mesmo ano iniciou, na Escola de Sargentos do Exército, em Lamego, o 6.º Curso de Formação de Sargentos, que concluiu em Julho de 1980, data em que ingressou no Quadro Permanente do Exército.

Ao longo da sua carreira militar, prestou serviço em diversas Unidades, Órgãos e Estabelecimentos militares, tendo desempenhado inúmeras funções de elevada exigência e responsabilidade, culminando com a sua nomeação, por escolha, para a função de Adjunto do Comandante do RI-19 em Chaves e, posteriormente, do CTOE em Lamego.

Participou em missões internacionais de elevado risco, com relevância no âmbito da defesa e apoio a cidadãos nacionais, essência da Condição Militar. Em Junho de 1988, durante o conflito interno na Guiné Bissau, integrou uma Força de Operações Especiais, com a missão de resgatar e evacuar cidadãos portugueses, que pretendessem abandonar aquele país africano. Em Agosto de 2000, em Timor-Leste, integrou um Destacamento de Operações Especiais, para desempenhar uma missão de manutenção de paz.

Para além dos necessários cursos de promoção, possuía diversos cursos de qualificação com particular incidência nas Operações Especiais.

Do seu Registo Disciplinar constam doze Louvores, dos quais quatro são de Tenente-General Comandante da Região Militar Norte, um de Chefe de Estado-Maior General das Forças Armadas, sendo os restantes de Comandante, Director ou Chefe. Todos realçam as suas qualidades humanas e virtudes militares, granjeando enorme estima e consideração entre todos quantos que com ele privaram.

Foi condecorado com as Medalhas de Comportamento Exemplar, graus Cobre, Prata e Ouro; Medalha de Mérito Militar de 4.ª Classe; Cruz de S. Jorge de 4.ª Classe; Medalha de D. Afonso Henriques - Patrono do Exército de 4.ª Classe; Medalha Comemorativa das Comissões de Serviços Especiais TIMOR 2000; Medalha NATO/SFOR.

Para além das funções estritamente militares inerentes ao seu posto, o Sargento-Mor Jorge Reis, como acérrimo defensor da classe a que pertencia, sem nunca colocar em causa os deveres e disciplina militares, integrou os Órgãos Sociais daquela que é a Associação Socioprofissional representativa dos Sargentos, a ANS-Associação Nacional de Sargentos. Foi eleito para o desempenho do cargo de vice-presidente da Direcção, Ramo Exército, entre 2005 e 2006. Numa altura de grande exigência de afirmação e defesa do projecto associativo dos Sargentos de Portugal, o Jorge Reis soube perceber a sensibilidade do momento e respondeu afirmativamente ao desafio, com a coragem, a frontalidade e a coerência, mas também a noção de camaradagem e a alegria que lhes eram, e são, tão características.

Em 2007/2008 e 2009/2010 cumpriu mais dois mandatos, agora como secretário da Assembleia-Geral da ANS, tendo transitado para a situação de Reserva em 1 de Novembro de 2010, completando 44 anos de serviço militar (36 anos de serviço efectivo).

Ao jornal “O Sargento” só resta fazer eco das palavras dos Sargentos de Portugal: “Obrigado por tudo o que fizeste e até sempre, Camarada Jorge Reis!” ▲

ACTIVIDADE ASSOCIATIVA

Este período de intensa actividade associativa ficou marcado por diversas iniciativas tendentes a resistir ao continuado ataque contra a Condição Militar, para além de inúmeras acções preparatórias do acto eleitoral que determinou a eleição dos novos Órgãos Sociais da ANS que conduzirão os destinos da nossa associação representativa durante o biénio de 2015/2016. Assim apresentamos um resumo de muitos dos eventos em que participámos:

04DEZ – Iniciativa promovida pela Associação Conquistas da Revolução, na Casa do Alentejo, Lisboa. ANS representada por L.Coelho, A.Taveira e A.Martins;

05DEZ – Debate Público promovido pelo Grupo Parlamentar do PCP, no Hotel Sofitel, Lisboa. ANS representada por L.Coelho;

06DEZ – Jornadas Associativas (APM), no Hotel Mundial, em Lisboa. Delegação da ANS composta por L.Coelho, J.Gonçalves, P.Contreiras, A.Taveira, L.Bugalhão e C.Colaço;

09DEZ – Reunião com Sargentos em Tavira. Delegação da ANS composta por L.Coelho e A.Taveira;

10DEZ – Cerimónia no Clube Militar Naval em homenagem ao Almirante Botelho Leal. ANS representada por L.Coelho;

11DEZ – Entrega ao Provedor de Justiça de uma queixa apresentada pelas três APM. ANS representada por L.Coelho;

12DEZ – Audiência concedida pelo Grupo Parlamentar do PCP às três APM. ANS representada por L.Coelho;

12DEZ – Audiência concedida pelo Grupo Parlamentar do PSD às três APM. ANS representada por L.Coelho;

15DEZ – Audiência concedida pelo Almirante CEMA às três APM. ANS representada por L.Coelho;

16DEZ – Reunião com Sargentos no Entroncamento. Delegação da ANS composta por L.Coelho, J.Gonçalves, M.Ramos e M.Pereira;

17DEZ – Audiência concedida pelo General CEME

às três APM. ANS representada por L.Coelho;

18DEZ – Reunião com Sargentos em Fóia/Monchique. ANS representada por L.Coelho;

19DEZ – Reunião entre as Direcções das APM, na sede da AP, em Lisboa. Delegação da ANS composta por M.Ramos e A.Taveira;

06JAN – Cerimónia de Tomada de Posse dos órgãos Sociais da Casa do Alentejo. ANS representada por L.Coelho;

07JAN – Cerimónia de Tomada de Posse dos Órgãos Sociais do Clube de Praças da Armada. ANS representada por J.Bernardo;

08JAN – Audiência com a Secretária de Estado Adjunta e da Defesa Nacional. Delegação da ANS composta por L.Coelho, J.Gonçalves, A.Taveira e C.Colaço;

08JAN – Cerimónia de apresentação da lista candidata ao Clube do Sargento da Armada. ANS representada por J.Bernardo;

09JAN – Reunião entre as Direcções das APM, na sede da AOFA, em Oeiras. Delegação da ANS composta por L.Coelho e J.Gonçalves;

12JAN – Reunião com Sargentos na Marinha Grande. ANS representada por L.Coelho, J.Gonçalves e J.Pereira;

12 a 14JAN – Jornadas de Trabalho na sede da ANS preparatórias do “mailing” referente ao processo eleitoral;

15JAN – Audiência concedida pelo Grupo Parlamentar do PS às três APM. ANS representada por L.Coelho;

16JAN – Cerimónia de apresentação de um livro, no Comando de Pessoal do Exército, no Porto. ANS representada por A.Nabais;

24JAN – Cerimónia Comemorativa do “31 de Janeiro – Dia Nacional do Sargento”, no Funchal. ANS representada por L.Coelho, J.Gonçalves e J.P.Santos;

28JAN – Cerimónia Comemorativa do “31 de Janeiro – Dia Nacional do Sargento”, em Leiria/Monte Real. ANS representada por L.Coelho, J.Gonçalves, J.Pereira e J.Gomes;

29JAN – Cerimónia Comemorativa do “31 de Janeiro – Dia Nacional do Sargento”, em Chaves.

ANS representada por J.Gonçalves e V.Geitoeira;

29JAN – Cerimónia Comemorativa do “31 de Janeiro – Dia Nacional do Sargento”, em Viseu. ANS representada por L.Coelho, C.Colaço e R.Lopes;

30JAN – “Porto de Honra” no Clube de Sargentos da BA1-Sintra, comemorativo do “31 de Janeiro – Dia Nacional do Sargento”. ANS representada por L.Coelho, J.Gonçalves, P.Contreiras e P.Branco.

30JAN – Cerimónia Comemorativa do “31 de Janeiro – Dia Nacional do Sargento”, no Porto. ANS representada por L.Coelho, J.Pereira, F.Silva, J.Torres e J.Mendes;

31JAN – Assembleia Geral Eleitoral e comemoração central do “31 de Janeiro – Dia Nacional do Sargento”, na Casa do Alentejo, em Lisboa;

31JAN – Cerimónia Comemorativa do “31 de Janeiro – Dia Nacional do Sargento”, em Abrantes. ANS representada por J.P.Silva;

31JAN – Cerimónia comemorativa do 31 de Janeiro, no Cemitério Prado do Repouso, e Almoço Comemorativo promovido pelo Clube de Sargentos do Exército, no Porto. ANS representada por F.Silva;

31JAN – Cerimónia Comemorativa do “31 de Janeiro – Dia Nacional do Sargento”, em Castelo Branco. ANS representada por L.Coelho e J.Gonçalves;

01FEV – Cerimónia Comemorativa do “31 de Janeiro – Dia Nacional do Sargento”, em Tavira. ANS representada por L.Coelho, J.Gonçalves e A.Martins;

02FEV – Cerimónia Comemorativa do “31 de Janeiro – Dia Nacional do Sargento”, em Évora. ANS representada por L.Coelho e J.Gonçalves;

03FEV – Cerimónia Comemorativa do “31 de Janeiro – Dia Nacional do Sargento”, em Estremoz. ANS representada por L.Coelho, J.Gonçalves e L.Bugalhão;

03FEV – Cerimónia Comemorativa do “31 de Janeiro – Dia Nacional do Sargento”, em Beja. ANS representada por L.Coelho, J.Gonçalves e L.Bugalhão;

04FEV – Cerimónia Comemorativa do “31 de Janeiro – Dia Nacional do Sargento”, no Entroncamento. ANS representada por L.Coelho, C.Colaço e M.Pereira;

04FEV – Cerimónia Comemorativa do “31 de Janeiro – Dia Nacional do Sargento”, em Vila Real/Lamego. ANS representada por J.Gonçalves, A.Taveira e G.Sá;

05FEV – Cerimónia Comemorativa do “31 de Janeiro – Dia Nacional do Sargento”, em Vendas Novas. ANS representada por L.Coelho e J.Gonçalves;

05FEV – Cerimónia Comemorativa do “31 de Janeiro – Dia Nacional do Sargento”, em Fóia/Monchique. ANS representada por L.Coelho e J.Gonçalves;

07FEV – Cerimónia Comemorativa do “31 de Janeiro – Dia Nacional do Sargento”, nas Lajes, Praia da Vitória, Terceira. ANS representada por L.Coelho, J.Gonçalves e S.Ceitol;

08FEV – Cerimónia Comemorativa do “31 de Janeiro – Dia Nacional do Sargento”, em Ponta Delgada, S. Miguel. ANS representada por L.Coelho, J.Gonçalves, C.Simões, M.Rocha e M.Calçada;

09FEV – Reunião com o Chefe de Gabinete do MDN e as três APM. ANS representada por L.Coelho e J.Gonçalves;

11FEV – Cerimónia de apresentação de novos Sargentos da FAP, na BA11-Beja. ANS representada por L.Coelho e J.Gonçalves;

14FEV – Cerimónias Fúnebres do nosso camarada Jorge Reis, em Lamego. Delegação da ANS composta por L.Coelho, J.Gonçalves, A.Taveira e A.Martins;

16FEV – Entrega no Gabinete do MDN da resposta apresentada pela ANS sobre o EMFAR. Entrega efectuada por J.Gonçalves;

17FEV – Reunião entre as Direcções das APM, na sede da AOFA, em Oeiras. Delegação da ANS composta por J.Gonçalves e A.Taveira;

19FEV – Reunião dos elementos da lista eleita para os Órgãos Sociais da ANS, na sede social, em Lisboa, preparatória da cerimónia de Tomada de Posse;

22FEV – Cerimónia do 40º aniversário do Clube do Sargento da Armada, em Lisboa. ANS representada por A.Taveira e C.Colaço;

24FEV – Reunião na Bateria da Lage, em Oeiras, Preparatória das Comemorações do 10 de Junho em Belém. ANS representada por L.Coelho;

24FEV – Debate promovido pela Associação Conquistas da Revolução, sobre o tema da Liberdade de Expressão, na Casa do Alentejo, em Lisboa. ANS representada por L.Coelho, J.Gonçalves e A.Martins;

25FEV – Almoço com Sargentos da área de Lisboa, na Messe de Sargentos. ANS representada por L.Coelho, J.Gonçalves e C.Colaço;

25FEV – Audiência concedida pelo General CEMGFA às três APM. ANS representada por L.Coelho e J.Gonçalves;

26FEV – Conferência de Imprensa promovida conjuntamente pelas três APM, no Hotel Mundial, em Lisboa. ANS representada por L.Coelho;

28FEV – Cerimónia de Tomada de Posse dos Órgãos Sociais da ANS para o biénio 2015/2016, no Auditório do Centro Cultural Casapiano, em Lisboa;

11MAR – Primeira reunião dos novos órgãos sociais da ANS;

14MAR – Cerimónia do 15º aniversário da Associação de Praças, nas instalações da Cordoaria, em Lisboa. ANS representada por J.Gonçalves, A.Taveira, A.Martins, M.Ramos e L.Coelho;

Quando se preparam diversas iniciativas a levar a cabo pelas associações profissionais, com o intuito de se ponderar uma resposta firme ao desmesurado ataque desferido contra os portugueses em geral e a instituição militar em particular, entre as quais se inclui a **“Reunião de Sargentos” que terá lugar no próximo dia 11 de Abril, a partir das 10H30, no Auditório do Centro Cultural Casapiano, em Lisboa**, deixamos aqui um resumo do muito que tem sido feito pelos dirigentes da ANS em prol da defesa dos Sargentos de Portugal e suas famílias. ▲

Protocolos ANS

Clínica O Meu Médico

Rua da PSP, nº 36 8000-408 Faro
Telefone/Fax: 289828104; TM: 927549339
E-mail:info@omeumedico.pt;site: www.omeumedico.pt
Consultas de:
Dermatologia_70€ Endocrinologia_90€
Nefrologia_70€ Pneumologia_70€
Hipertensão_70€ Ortopedia_70€
Urologia_70€ Psicologia_60€
Imuno-Alergologia_70€ Cons. subsequente_40€
Pediatria_70€ Terapia da Fala_50€
Neurologia_70€ Cons. subsequente_30€
Cons. subsequente_60€ Nutrição_50€
Reumatologia_70€ Cons. subsequente_40€
Hematologia_70€ Medicina Geral_40€
Pretendemos ser um espaço de saúde inovador, com atendimento perso-
nalizado, acessível, conveniente e adequado às necessidades de saúde na
nossa cidade e região. Temos horário alargado das 9-21 horas de segunda
a sexta-feira e estamos situados na rua da PSP nº 36, em frente à entrada
do Jardim da Alameda João de Deus, em Faro. Na zona existe facilidade de
estacionamento.
30% de desconto em relação aos preços de tabela ,aos sócios da ANS, me-
diante a apresentação de cartão de sócio da ANS.

Óptica Berna

Av. Berna 24-A 1050-041 LISBOA
TEL. 217993624 - FAX. 217932630
Tabela de descontos para associados e familiares.
Aros e lentes (óculos) 30% desconto,
Óculos de sol 20% desconto,
Aparelhos de precisão (Lupas, binóculos, Termómetros, etc.) 20% desconto
Lentes contacto e produtos para lentes 20% desconto.
Estudos de despistagem visual e optométrico de controlo Gratuitos
Exame visual completo (Optometria) e Exame de Controlo (Optometria)
20% desconto.
Exame de ensaio, controlo ou limpeza/regeneração Lentes Contacto, gratui-
to (quando adquiridas no estabelecimento).

Ideal Óptica da Malveira

Estrada Nacional 8, Edifício Salamanca Bloco A, r/c Dt Loja
2665-258 Malveira
www.idealopticamalveira.com
Tel./Fax: 219 660 377 Tm: 968 634 959
E-mail: idealopticamalveira@sapo.pt
Desconto de 30% em aros ou lentes oftálmicas. Desconto de 20% em óculos
de sol e lentes de contacto.
Consultas:
- Optometria grátis (mediante marcação);
- Contactologia grátis (oferta 1º par);
- Rastreios auditivos grátis (mediante marcação);
- Medição da Tensão Ocular
Facilidades de pagamento sem juros.

Farmácia EUSIL

R. Barão de Sabrosa 104
1900-094 LISBOA
Tel. 218038023 Fax. 218121759
eusilpharma@gmail.com
Desconto de 15% nos medicamentos comparticipados de valor inferior a 50
euros, para associados e familiares.
Desconto de 20% nos produtos de venda livre e dermocosmética (*), para
associados e familiares.
(*) São excluídos deste desconto produtos de alimentação neonatal e os
que constem no protocolo da diabetes.

EMA Partners

Rua Rosa Araújo, 30-6ºDto.
1250-195 LISBOA
Jorge Fonseca – 961355424- 213513890
jorge.fonseca@ema-partners.com
www.ema-partners.com
A presente proposta de Career Coach tem por objetivo assessorar em con-
dições especiais os associados da Associação Nacional de Sargentos (ANS),
seus cônjuges e filhos até aos 27 anos, ao longo dos próximos 9 meses, na
procura proactiva de um novo desafio profissional em Portugal ou no Es-
trangeiro, com o objetivo de otimizar e encurtar significativamente os seus
timings de JOB SEARCH. (Consultar www.ans.pt).

Águas do Gerês

- Hotel, Termas e Spa

Condições especiais
Contactos:
Tel: 253391113/253390190
ou info@TermasdoGeres.pt

Automóveis

Escapes

■ENTOESCAPES,LDA

Zona Industrial do Entronca-
mento, EN 3
2330-909 Entroncamento

Acessórios

■GRACIAUTO

Rua D. Nuno Álvares Pereira e
Luís Falcão de Sommer, 30-A
(gaveto)
2330-141 Entroncamento

Videoclube

■CINETEKA.COM

Parque das Nações, Av. do Me
diterrâneo, Lt. 1.02.1.1-E
1950-155 Lisboa

Aventuras Submersas

■HALIOTIS

Av. Monsenhor Manuel Bastos,
Hotel Praia Norte
2520-206 Peniche

Centro Médico Dentário

■LUBIDENTE

Rua Professor Noronha Feio,
12-A 2795 Queijas

Psicólogo

■José de Oliveira F. Gonçalves
Rua João Pinto Ribeiro,

Clínica VIDAMED

Largo Filinto Elísio 2B
2805-141 Cova da Piedade, Almada
Telefone – 210889704/5 Telemóvel – 936547199
www.vidamed.pt - geral@vidamed.pt
Redução de cerca de dez euros sobre a tabela de preços em vigor para con-
sultas de especialidade/serviços.
Especialidade 1ª consulta Seguintes
Acupuntura 25€
Clínica Geral 30€ 25€
Dermatologia 40€ 35€
Endocrinologia 40€ 35€
Fisiatria 40€ 35€
Fisioterapia 20€
Ginecologia 60€ 56€
Imunoalergologia 40€ 35€
Medicina Estética 20€
Medicina Interna 40€ 35€
Musicoterapia 30€ 25€
Nutrição 30€ 25€
Ortopedia 40€ 35€
Pediatria 40€ 35€
Pedopsiquiatria 40€ 35€
Psicologia Clínica 30€ 25€
Psicoterapia Grupo 40€ mensalidade
Psicologia infantil 30€ 25€
Psiquiatria 40€ 35€
Reumatologia 40€ 35€
Terapia da Fala 20€ 15€

Paiva Raposo & Martins Pisco

Imagiologia
R. Alfredo Roque Gameiro, nº 4 c/v
(Largo da J.F.)
2675-277 ODIVELAS
Telefone – 213474328 – 213461916
geral@prmp.pt
Desconto de 50% nas taxas moderadoras (com requisição) ou 10% de
desconto sobre o preço particular.

Home Instead Apoio Domiciliário

Praceta Prof. Alfredo Sousa 3-3ºZ
1495-241 ALGÉS
Telefone – 808252000
www.homeinstead.com.pt
Desconto sobre tabela de preços em vigor: 5% até 9 horas semanais;
10% de 10 a 15h semanais; 15% de 16 a 25h semanais; 20% de 26 a 40h
semanais; 25% em mais de 40h semanais.

Dentinhos e Dentes – Medicina Dentária, Lda.

Os associados ANS terão direito, mediante apresentação de cartão de
sócio, a usufruir das seguintes vantagens:
1- Primeira consulta de avaliação e aconselhamento gratuita [Nota: não
inclui tratamentos, prescrição ou radiografias]
2- Orçamentos e Planos de tratamento gratuitos [Nota: não inclui estu-
dos no âmbito das especialidades]
3- Aplicação de fluor ou jacto de bicarbonato gratuitos [Nota: quando
realizado em simultâneo com a destartarização]
4- Instrução e motivação à higiene oral gratuitos;
5- Revisões semestrais e consultas de reavaliação gratuitas;
6- Restaurações provisórias em óxido de zinco gratuitas;
7- Desconto de 10 % nos tratamentos generalistas
[endodontia, cirurgia, restauração, prevenção, estética, imagiologia,
etc.]
8- Desconto de 5 % nos tratamentos de especialidades [Ortodontia, Im-
plantologia e Prótese]
9- Facilidades nos pagamentos, sem qualquer acréscimo de custo [pa-
gamentos às prestações com 0% juros e sem outras taxas escondidas]
A Dentinhos e Dentes é uma empresa de prestação de serviços na área
da Medicina Dentária e concede aos membros da Associação as vanta-
gens referidas na cláusula anterior nos seguintes consultórios:

a) Clínica Dentinhos e Dentes de Barcouço:

Morada: Rua do Valsilgo, n.º 2 R/c A
3050-083, Barcouço, Mealhada
Telefone. 239 913 169
Telemóvel: 969 508 327

Lt. 2-10º C
1800-233 Lisboa

Gabinete de Psicologia

■Mestre Francisco Pereira

Orientação Vocacional e Profis-
sional, Avaliação Psicológica,
entre outras áreas.
Em Lisboa, junto à saída do
Metro em São Sebastião
TM- 913 120 007

Instituto Quintino Aires

Serviço de Psicologia
e Neuropsicologia
www.quintinoaires.pt
Av. Almirante Reis 106-3º
1150-022 LISBOA
Tel: 218124226
quintinoaires@quintinoaires.pt

E-mail: barcouco@dentinhos.pt

b) Clínica Dentinhos e Dentes de Cadima:

Morada: Largo C. Joaquim de Almeida, n.º 7 R/c
3060-094, Cadima, Cantanhede
Telefone: 231 422 028
Telemóvel: 969 508 326
E-mail: cadima@dentinhos.pt

Cruz Vermelha Portuguesa

São destinatários deste protocolo todos os associados pertencentes à
ANS com alargamento ao seu agregado familiar.
Em casos de comprovada dificuldade económico-financeira poderão
ser acordadas diferentes tabelas de preços, de acordo com negociação
posteriormente estabelecida com a ANS para esse tipo de beneficiário.
(Consultar www.ans.pt).

Porto Salus Residências Assistidas

Herdade de Negreiros
Brejos de Azeitão
2925-080 Azeitão
Tel: 210 495 680
www.portosalus.com
www.grupovisabeira.com
Os membros da Associação Nacional de Sargentos e respectivo agrega-
do familiar, que venham a ser alojados na Porto Salus Residências Assis-
tidas, têm uma redução de 15% sobre os preços da tabela de mensali-
dades em vigor para o tipo e condições de alojamento contratualizados.

Agência Funerária Eterna Trindade

www.eternatrindade.pt
geral@eternatrindade.pt
SEDE
Avenida Elias Garcia, Lote 12, (de frente à Igreja da Charneca da Capa-
rica)
2820-222 Charneca da Caparica
Tel.:800 208 459 / 21 296 25 28
Fax: 21 296 25 28
FILIAL
Avenida 23 de Julho, nº 413 A/B (zona central do Laranjeiro)
2810-292 Laranjeiro
Tel.:800 208 459 / 21 296 25 28
Fax: 21 296 25 28
Desconto de 40% na prestação de serviços fúnebres a associados e fa-
miliares

CEMEFI

Clínica de fisioterapia
Avenida Manuel Figueiredo Lote7 r/c Esq
2350-771 Torres Novas
cemefi.fisio@gmail.com
Tel/Fax: 249 826 155
Desconto de 10% a todos os associados, colaboradores e familiares, de
forma a que consigam ter acesso a um serviço de saúde de qualidade.
Para usufruírem deste desconto é necessário que façam prova da situa-
ção em causa através de um recibo de vencimento ou outro documento
que comprove a situação (cartão de sócio). Este desconto não é acumu-
lável com outras campanhas existentes.

Clínica Dentisaúde

Clinica Dentaria
Rua Sanches Coelho
Loja 3 C/D Lisboa 1600-201
(à Av. Das Forças Armadas - direcção Rotunda de Entrecampos)
Tel. 21 795 86 20
E-mail: info@dentisaude.com.pt
http://www.dentisaude.com.pt/
10% de desconto sobre valor remanescente da ADM (5% em próteses,
ortodontia e implantes). Uma destartarização gratuita após 1º tratamen-
to dentário.

NOTA: Para obteres mais informações, coloca as questões através dos
contactos habituais ou consulta em <www.ans.pt> e <www.facebook.
com/ANSargentos>. ▲

**salidade
para associados e conjugue.**

Emara Travel

Viagens e Turismo Lda.
Av. República 41-3º Sala 306,
1050-187 LISBOA
www.emaratravel.pt
Tel: 210995590 Fax: 211918699
geral@emaratravel.pt
**Desconto de 5 a 8% em vários
Operadores Turísticos.
Desconto de 8 a 10% na pro-
gramação própria.
Desconto de 6 a 8% em
Rentacar.
Desconto de 8 a 10% em Hote-
laria Nacional e Internacional.**

Informa-te junto da ANS

Tel: 21 815 4966
Fax: 21 815 4958 ▲

Frontalidade, Coragem, Denúncia e Apelo!

A cerimónia de Tomada de Posse, que decorreu no dia 28 de Fevereiro, no Auditório do Centro Cultural Casapiano, no Restelo, em Lisboa, para além da presença de associados, familiares e amigos da ANS, contou ainda com a presença de inúmeros convidados institucionais e de organizações congéneres: representante do ministro da Defesa Nacional, representantes dos quatro chefes militares, os Sargentos-Mores dos gabinetes dos quatro chefes, representantes dos grupos parlamentares do CDS-PP e do PCP, representante do presidente do IASFA, presidente do CSA, presidente e secretário-Geral da AOFA, presidente da AP, representante do presidente da ASMR, presidente da ACR, presidentes da Direcção Nacional e do Núcleo de Lisboa da ADFA, presidente da ANSG, vice-presidente da APG/GNR, vice-presidente da ANCU, secretário-geral do Sindicato dos Magistrados do Ministério Público e o representante da CGTP. Estavam ainda presentes os jornalistas André Ferreira da Agência LUSA, Manuel Carlos Freire do Diário de Notícias e Ilídio Trindade, antigo jornalista da Antena 1, que estando já reformado não deixou de responder afirmativamente ao convite, demonstrando o excelente relacionamento

que a ANS tem mantido com os profissionais da comunicação social, com base na exigência do respeito mútuo.

Na sua última intervenção como presidente da Direcção cessante, e a propósito da forma como foram conduzidos os trabalhos para a revisão do Estatuto dos Militares, Lima Coelho acusou o ministro da Defesa, José Pedro Aguiar-Branco: *“Custa-me muito dizer isto, mas o senhor ministro foi habilidoso, foi mentiroso e foi covarde”*, afirmou, tendo sido aplaudido de pé por uma parte da plateia. Pediu ainda ao director-geral de Recursos do Ministério da Defesa, Alberto Coelho, presente na audiência em representação do ministro, para transmitir uma mensagem a Aguiar-Branco: *“Que [o ministro da Defesa] tenha a coragem de nos receber”*. O líder associativo pediu desculpa por abordar o tema pela necessidade de *“fazer todo o historial”*. *“Mas é bom que fique claro quem é que não está a falar verdade”*, justificou.

Lima Coelho lamentou a ausência do ministro da Defesa na cerimónia e acusou-o de fugir reiteradamente ao contraditório, criticando as suas recentes declarações em Mafra, onde afirmou que foram pedidos contributos às três associações para a



revisão do Estatuto dos Militares das Forças Armadas (EMFAR).

Segundo Lima Coelho, esse pedido de contributos às associações, que não tinha por base *“qualquer documento”*, foi feito no final de Novembro de 2013 e respondido pela ANS por carta a 6 de Dezembro desse mesmo ano, manifestando abertura para participar num eventual processo de revisão ou integrar um grupo de trabalho, sem que tenha obtido qualquer resposta por parte do MDN.

Na sua intervenção apelou ainda aos representantes dos chefes militares presentes para que seja travado o novo EMFAR, *“uma indignidade”* para as Forças Armadas e para que transmitam aos chefes o apelo para que não se deixe o IASFA sozinho. Que não se permita o processo em curso porque, se não for travado, conduzirá à destruição do IASFA.

Por fim deixou clara a sua disponibilidade para continuar ao serviço da causa dos Sargentos de Portugal. ▲

Determinação e Confiança na Tomada de Posse!

O recém-empossado presidente da Direcção da ANS, José Gonçalves, proferiu a intervenção que transcrevemos na íntegra:

“Rendo no cargo de Presidente da Direcção da ANS o meu camarada e amigo António Manuel Gavino Lima Coelho, homem frontal, íntegro, vertical e corajoso.

Foste a voz e o rosto de todos nós e tão bem o fizeste ao longo dos últimos 15 anos.

Bem hajas camarada e amigo.

Aqui estamos, firmes, confiantes e determinados.

Sei, sabemos e temos a consciência de ter recebido uma responsabilidade e herança pesadas, pelo prestígio e reconhecimento alcançados, tanto no plano nacional quanto no internacional.

Sinto e sentimos a responsabilidade e o peso que temos sobre os ombros mas também nos sentimos honrados pela confiança que em nós depositaram, tanto a anterior direcção, como todos aqueles que com o seu apoio e confiança nos legitimaram com o seu voto no sufrágio realizado em 31 de Janeiro de 2015.

Queremos também dar o merecido realce à confiança, apoio e solidariedade que nos foram transmitidos, no continente e ilhas, ao longo desta ronda comemorativa do dia 31 de Janeiro – Dia Nacional do Sargento.

A todos os nossos bem hajam.

A equipa que hoje assume a direcção da ANS, tendo saído do colectivo que hoje cessa funções, com o seu apoio e por sua proposta, conta com um número alargado de sargentos jovens e determinados, que nos fazem acreditar no futuro do projecto que abraçamos e em que acreditamos.

Depois de sufragada e legitimada para agir em conformidade com o programa apresentado, temos um rumo

e projecto definidos.

Temos um programa que assenta na continuidade e nos objectivos de defesa e dignificação da Classe de Sargentos, da Condição Militar e das Forças Armadas.

Temos a certeza de poder continuar a contar com o apoio e participação de todos para o levar por diante.

Poderá haver alteração na forma porque somos e temos personalidades diferentes, mas no conteúdo, naquilo que é a substância e essência da acção, as alterações serão de pormenor ou de enquadramento.

Estamos irmanados nos objectivos, princípios e valores que defendemos. Mudarão as caras e eventualmente as formas, mas o que é de base não temos razões para mudar.

No relacionamento institucional, ainda que em discordância, teremos e esperamos ter de todos, civis e militares, um relacionamento de boa-fé, franco e aberto, no rigoroso cumprimento das leis da República.

Temos a noção das dificuldades da difícil coisa de governar, comandar, dirigir ou chefiar, queremos ajudar, mas quem o faz tem que querer essa ajuda e ter a humildade de reconhecer que, embora legitimado pela autoridade de que é investido, não é dono, é administrador, tem que prestar contas pelo exercício dessa função.

Queremos viver num estado onde os normativos e as leis primem pela clareza no alcance e objectivos e não obriguem o seu destinatário, sempre que delas quer fazer uso, a ter que recorrer a quem o esclareça.

E estaremos como sempre estivemos e continuaremos a estar disponíveis, para, num quadro legal e institucional, dar o nosso melhor contributo para a melhoria

do País, das Forças Armadas e da Condição Militar.

Batemo-nos por princípios e valores, que jurámos, em que acreditamos e nos quais fomos formados. Não nos peçam coisa diferente.

Temos um compromisso jurado com o cumprimento da lei, aceitamos as restrições, mas também somos, e dessa condição não abdicamos, cidadãos em uniforme.

Sabemos o valor que temos e aquilo que nos é devido por mérito próprio, é por isso que vamos continuar a lutar.

Temos a consciência de que nada do que

temos foi conseguido sem luta, sem riscos e sem sacrifício.

Nada esperamos em contrário.

Por isso, com a coragem e determinação própria dos Sargentos de Portugal vamos prosseguir com este projecto de que todos fazemos parte e no qual acreditamos.

Estamos juntos e contamos com todos.”

Terminou dando Vivas à ANS, aos Sargentos, às Forças Armadas e a Portugal.

A cerimónia foi encerrada pelo novo presidente da Assembleia-Geral, Luís Bugalhão e terminou ao som do Hino da ANS e do Hino Nacional. ▲

O novo presidente da ANS

José Fernandes Gonçalves, Sargento-Chefe Operador de Sistemas de Assistência e Socorro, na Força Aérea, beirão, nascido no distrito da Guarda em 6 de Março de 1962, foi eleito e tomou posse como presidente da Direcção da ANS.

José Gonçalves não é propriamente um “novato” nas andanças associativas. Muito pelo contrário!

Sócio da ANS desde a sua fundação, em 1989, tem participado nos órgãos sociais desde o final da década de noventa.

No período 1998/1999 foi eleito secretário da Direcção. Nos mandatos 2000/2001 e 2002/2003 desempenhou o cargo de vice-presidente da Assembleia-Geral. Nas eleições para o biénio 2004/2005 foi eleito vogal da Direcção. Entretanto no acto eleitoral para o biénio 2005/2006 foi eleito tesoureiro, cargo



para o qual foi reeleito nos mandatos de 2007/2008 e 2009/2010. Nas eleições para o biénio 2011/2012 foi de novo eleito vice-presidente da Assembleia-Geral, tendo sido reeleito para o mesmo cargo no acto eleitoral para o biénio 2013/2014. Neste último biénio exerceu o cargo de presidente da Assembleia-Geral por ausência do titular em missão prolongada no estrangeiro. ▲